



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º semestre de 2022

SUMÁRIO

A EMPRESA.....	2
INDICADORES RELEVANTES	2
MENSAGEM DA DIRETORIA	3
I. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	6
I.1 CONCESSÃO DE CRÉDITO	6
I.2 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	7
I.3 GESTÃO DE FUNDOS	8
II. DESEMPENHO FINANCEIRO	11
III. DESTAQUES DA GESTÃO	13
ADMINISTRAÇÃO EM 30/06/2022.....	17

A Empresa

A Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. nasceu há 20 anos, a partir da transformação do Desenbanco – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. em agência de fomento, conforme Lei Estadual nº 7.133, de 21 de julho de 1997, alterada pela Lei Estadual nº 7.935, de 9 de outubro de 2001. Constituída como pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, tem o Estado da Bahia como acionista majoritário. Funciona com autorização do Banco Central do Brasil e, na condição de instituição financeira de fomento, está subordinada à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional.

A Agência opera de forma alinhada com as políticas públicas estaduais e tem por objeto apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social no estado da Bahia, mediante a concessão de empréstimos e financiamento de capital fixo e de giro, bem como prestar garantias e serviços de agenciamento financeiro, de administração de fundos de desenvolvimento e de consultoria, notadamente aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.

Sediada no município de Salvador, a Desenbahia dispõe de oito Gerentes de Desenvolvimento, sendo um deles alocado em Salvador para atender a Região Metropolitana, e sete alocados fora da capital, de modo a atender a todos os municípios baianos. Esses gerentes se encontram distribuídos em Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Juazeiro, Vitória da Conquista e Irecê.

Indicadores Relevantes

Em 30/06/2022:

<i>Capital Social Integralizado</i>	<i>R\$ 569,4 milhões</i>
<i>Ativo Total</i>	<i>R\$ 1.097,1 milhões</i>
<i>Patrimônio Líquido</i>	<i>R\$ 705,7 milhões</i>
<i>Lucro Líquido</i>	<i>R\$ 34,1 milhões</i>
<i>Carteira de Operações de Crédito</i>	<i>R\$ 626,4 milhões</i>
<i>Liberações no período</i>	<i>R\$ 51,2 milhões</i>
<i>Número de liberações no período</i>	<i>1.447</i>

Mensagem da Diretoria

Voltamo-nos à sociedade baiana, com particular atenção aos nossos acionistas, clientes - empresários, produtores rurais, gestores públicos municipais, microempreendedores – e trabalhadores em geral - todos responsáveis pela direção e força do desenvolvimento da Bahia -, para apresentar o desempenho operacional e o resultado financeiro da Desenbahia no primeiro semestre de 2022. Nesse período, a Agência realizou liberações de crédito no valor de R\$ 51,2 milhões e contabilizou lucro líquido de R\$ 34,1 milhões.

A conjuntura econômica do período tem se apresentado desconfortável para todos os agentes envolvidos, o que faz com que os resultados obtidos pela Agência sejam motivo de satisfação. As comemorações, no entanto, devem ceder lugar a uma gestão mais cautelosa, haja vista as perspectivas pouco alvissareiras para as economias internacional e brasileira no futuro próximo.

No plano mundial, a expectativa de uma recessão global cresce dia após dia. Os impactos da invasão da Rússia na Ucrânia têm sido grandes na atividade econômica: elevação dos preços dos alimentos e da energia, e, para conter as taxas de inflação, os bancos centrais vêm aumentando a taxa de juros, notadamente o Banco Central Europeu e o norte-americano – o *Federal Reserve* – *FED*. Os efeitos desses aumentos são significativos para o desempenho da economia mundial e bastante desfavoráveis para países emergentes, como o Brasil, que tendem a contabilizar saídas líquidas de capital do país.

Internamente, as variáveis macroeconômicas caminham na mesma direção das observadas externamente: crescimento modesto do PIB; taxa de inflação elevada frente às observadas nos últimos anos; aumento da taxa básica de juros. Analisando as expectativas das instituições e consultorias financeiras levantadas pelo Banco Central do Brasil, em relação a essas três variáveis macroeconômicas (produto, inflação e juros), conclui-se que os agentes estão mais pessimistas agora: no final de janeiro, as expectativas eram de crescimento anual do PIB brasileiro na casa de 4,5%; taxa de inflação anual (medida pelo IPCA) da ordem de 5,15%; e taxa Selic (final de ano) de 11,75% a.a. No fim do semestre, as expectativas são de crescimento do PIB de 1,6% (no ano), IPCA de 7,67% (no ano) e taxa Selic de 13,75% a.a. no final de 2022.

Soma-se ao cenário econômico adverso o quadro político conturbado, principalmente em função da proximidade da eleição presidencial, cada vez mais polarizada. As incertezas

do horizonte político interferem negativamente na conjuntura econômica (principalmente por conta da postergação de investimentos), assim como a economia desestabilizada acirra mais as disputas políticas. Nesse contexto, são baixas as possibilidades de uma melhora significativa da conjuntura econômica nacional em 2022.

Focando na economia baiana, percebe-se um ambiente de negócios menos negativo que no passado recente, ainda que o Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), registre ‘Pessimismo Moderado’ para a zona de confiança atual. Além dos dois anos de pandemia, a Bahia precisou absorver a decisão de encerramento da produção automobilística da Ford, em Camaçari. Nesse primeiro semestre de 2022, a indústria vem apresentando um desempenho mais favorável, comércio e serviços também se recuperaram com o relaxamento das medidas de distanciamento social, e a agropecuária exibe uma boa performance, notadamente o agronegócio de grãos. A desvalorização da moeda nacional aliada aos altos preços das *commodities* no mercado internacional estão permitindo que os produtores (em particular os exportadores de soja, milho e algodão) enfrentem os preços mais elevados dos insumos importados. Apenas para a agropecuária, o ICEB apresenta ‘Otimismo Moderado’ para a zona de confiança atual.

Ao longo do semestre, a Desenhahia manteve-se fiel à sua Missão de *‘viabilizar soluções financeiras e técnicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a vida da população baiana’*, e, para tanto, concentrou-se nos seus principais objetivos: apoiar empreendimentos na Bahia por meio da concessão de crédito e administrar fundos e prestar serviços de agenciamento financeiro.

Como destaque no primeiro semestre, em sintonia com as políticas públicas do Estado da Bahia e na condição de administradora do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – Fundese, a Desenhahia criou uma Linha Emergencial de crédito para apoiar os empreendedores prejudicados com os efeitos das fortes chuvas que ocorreram no Extremo Sul baiano no final de 2021. Como resultado do esforço empregado na elaboração do programa (incluindo fluxos processuais, normativos e documentos), foi possível a recepção, cadastramento e análise de mais de 3.300 processos de solicitações de crédito, distribuídas em 50 municípios. As aprovações de crédito ultrapassaram a marca dos R\$ 52 milhões.

Mais uma vez, a Desenhahia participou do maior evento do Norte e Nordeste voltado para o agronegócio, o *Bahia Farm Show*, e que vinha ocorrendo de modo virtual nos dois

últimos anos. Vale registrar a importância do evento para a Desenbahia, uma vez que os segmentos de grãos e algodão e de café representam uma parcela relevante da carteira da Agência.

A equipe que trabalha com recuperação de crédito também atuou de modo assertivo com vistas a renegociar operações. Do ponto de vista da Agência, a recuperação de crédito amplia a capacidade de ofertar novos créditos à sociedade; do ponto de vista do cliente, a renegociação de operação devolve ao empreendimento a condição de se habilitar a novos financiamentos, na própria Desenbahia ou no mercado de crédito em geral. No semestre em apreço, a receita com a recuperação de créditos baixados como prejuízo somou R\$ 16,7 milhões.

Nas próximas seções deste documento, são detalhados os resultados obtidos pela Agência, assim como os destaques da gestão organizacional que marcaram o semestre.

Agradecemos ao Governador Rui Costa, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e aos do Comitê de Auditoria pela confiança no nosso trabalho, assim como pelo apoio e as contribuições. Aproveitamos o ensejo para encaminhar aos colaboradores nosso reconhecimento pela dedicação e eficiência.

I. Desempenho Operacional

I.1 Concessão de Crédito

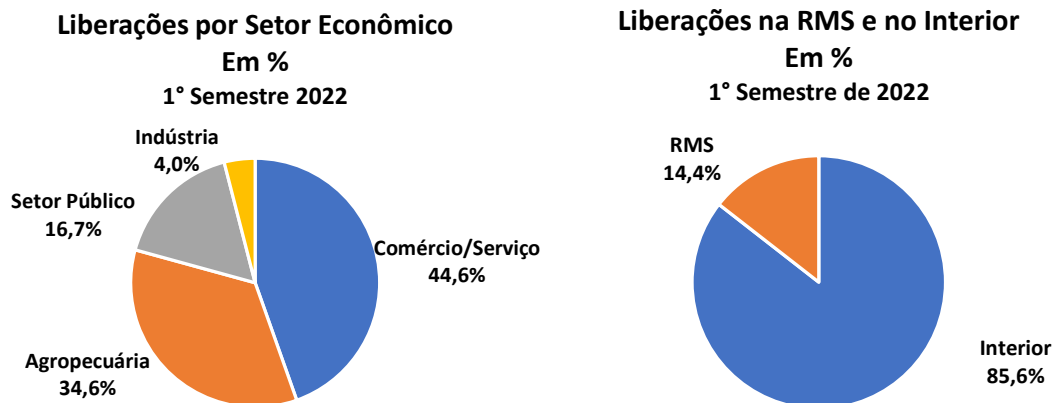
No primeiro semestre de 2022, a Desenhahia liberou R\$ 51,2 milhões, sendo R\$ 37,6 milhões de recursos provenientes do Sistema BNDES/Finame, ou 73,4% do total; R\$ 10,1 milhões de Recursos Próprios (RP), ou 19,7%; R\$ 2,0 milhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, 3,9%; e R\$ 1,5 milhão do Fundo Geral de Turismo – Fungetur, ou 3,0%.

Em termos de quantidade, foram 1,45 mil liberações ao longo do semestre, sendo a parcela mais significativa a referente às operações de microcrédito que alcançou 1,36 mil liberações.

Quando a análise recai para a distribuição setorial da economia, observa-se que a parcela destinada ao segmento privado, R\$ 42,7 milhões, absorveu 83,3% do total das liberações, tendo ficado a parcela de R\$ 8,6 milhões, ou seja 16,7% do total, destinada ao segmento da administração pública – financiamento a municípios. Com essa segunda parcela, foram atendidas as demandas de liberação de oito municípios baianos. No segmento privado, o setor Comércio e Serviços foi o que mais se beneficiou com liberações, uma vez que recebeu R\$ 22,9 milhões, representando 44,6% do total liberado. A Agropecuária recebeu R\$ 17,8 milhões (34,6% do total) e a Indústria, R\$ 2,1 milhões (4,0%).

No que concerne ao tipo e porte dos empreendimentos, a Desenhahia priorizou suas ações para as operações de microcrédito e demais realizadas com pessoas físicas (produtor rural, em particular). Para essa categoria, foram conduzidos R\$ 27,0 milhões (equivalente a 52,7% das liberações totais do semestre). Apenas para o programa CrediBahia, foram R\$ 9,7 milhões, em 1,36 mil liberações. Para os empreendimentos classificados entre micro e pequeno-médio porte (empresariais e rurais), foram direcionados R\$ 10,3 milhões, ou 20,1% das liberações. Os empreendimentos de grande e médio portes se beneficiaram com liberações de R\$ 5,1 milhões (10,5% do total).

Em termos de distribuição espacial, a maior parcela das liberações realizadas no período em análise, 85,6% do total, foi dirigida para o interior do estado, direcionando-se para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) a parcela de 14,4%. Esse fenômeno alinha-se com a preocupação da Desenhahia em interiorizar o crédito, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico mais bem distribuído espacialmente.



Especificamente sobre o programa de microcrédito operado pela Desenbahia, denominado de CrediBahia, cabe esclarecer que, com recursos da carteira da própria instituição, a Agência opera na modalidade de financiamento direto a microempreendedores. O programa é o resultado de uma parceria constituída pela Desenbahia, SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes, SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Municípios. Em 2021, foi celebrado Termo de Cooperação Técnica com a UPB – União dos Municípios da Bahia, com vistas a intensificar o trabalho de divulgação do programa, inclusive através da sensibilização de gestores municipais para implantação de novos postos do CrediBahia.

I.2 Recuperação de Crédito

A retomada da economia de forma gradativa, após o pior momento do período pandêmico, refletiu positivamente nas solicitações de repactuação de contratos de financiamento no primeiro semestre de 2022. A procura por renegociações com pedidos de carência nos pagamentos das parcelas e alongamento de dívidas referente a contratos reduziu-se sensivelmente.

Observa-se ainda uma melhora nos índices de inadimplência, o que significa que os clientes estão com menos dificuldades para honrar seus compromissos. Ao final do semestre, a taxa de inadimplência na carteira Desenbahia foi de 1,19%, percentual inferior ao calculado no final do primeiro semestre de 2021, de 2,08%.

Com relação ao resultado do primeiro semestre, o desempenho da recuperação de crédito foi expressivo, sobretudo com contratos baixados em prejuízo. Como resultado das renegociações realizadas no primeiro semestre de 2022, foram renegociados 134 contratos, sendo 40 liquidados por renegociação e 94 repactuados com novas condições de pagamento. Em valores, foram recuperados créditos que totalizaram R\$ 19,0 milhões, o que gerou uma receita de R\$ 16,7 milhões.

I.3 Gestão de Fundos

Para viabilizar ações de fomento social e econômico do Estado da Bahia, a Desenhahia também atua com a prestação de serviços de agenciamento financeiro e de administração de fundos de desenvolvimento e de garantia. Atualmente, quatro fundos são geridos pela Agência: o Fundese, o FGBP, o FGAP e o Fundurbano, este em processo de extinção.

Fundese – Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico

A Desenhahia é a gestora financeira do Fundese, cumprindo-lhe formular suas linhas operacionais de financiamento e seu orçamento anual, em consonância com o Plano Plurianual do Estado e com a aprovação do Conselho Deliberativo do fundo.

Criado com o objetivo de prestar apoio financeiro a programas voltados para o desenvolvimento social e econômico da Bahia, o Fundese constitui uma fonte alternativa de recursos para as operações de crédito realizadas pela Desenhahia. O fundo disponibiliza recursos para apoiar empreendimentos do setor privado que se enquadram nos programas e diretrizes de desenvolvimento do Governo do Estado.

Registra-se que mesmo o Fundese não visando primariamente a obtenção de lucro nas suas operações, a Desenhahia submete todas as solicitações de operações de financiamento aos mesmos processos de avaliação de análise e risco de crédito e de governança corporativa que emprega para as operações que compõem a sua carteira. Em função das atividades que realiza, a Agência faz jus a uma taxa de administração calculada sobre o patrimônio líquido do fundo. É essa taxa anual, apropriada mensalmente, que permite à Desenhahia arcar com os respectivos custos operacionais/administrativos relacionados às operações desse fundo.

Os recursos do Fundese foram direcionados para todos os setores da economia, exceto o setor público, conforme dispõem os normativos que o regem. O valor total liberado em operações de financiamento foi de R\$ 64,8 milhões no primeiro semestre de 2022. O destaque ficou com as liberações efetuadas para a Linha Emergencial com vistas ao enfrentamento à situação de calamidade pública que se abateu no Extremo Sul da Bahia. Apenas para esse programa foram desembolsados R\$ 47,9 milhões, em 1.899 liberações.

Com recursos do Fundese destinados ao programa de microcrédito, foram realizadas liberações da ordem de R\$ 10,4 milhões, em 2.292 desembolsos diretamente efetuados a microempreendedores, sob o suporte da linha CrediBahia 1º Piso. Na modalidade operacional denominada de 2º Piso, em que os recursos são liberados para outra instituição financeira de microcrédito para que ela opere diretamente com o microempreendedor, o valor desembolsado foi de R\$ 1,0 milhão.

No que se refere à recuperação de crédito, a Desenhahia conseguiu repactuar 110 contratos da carteira do Fundese, sendo 40 liquidados por renegociação e 70 repactuados com novas condições de pagamento. Com esse esforço, foram recuperados créditos que totalizaram o montante de R\$ 6,0 milhões.

FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias

O FGBP teve a sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e tem como competência essencial a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude de contratos de PPP. Esses contratos devem ser celebrados sob as condições da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, e precisam tratar de projetos previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.

O Relatório da Administração do FGBP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas e com parecer do auditor independente.

No semestre em análise, o FGBP manteve-se prestando garantias a quatro projetos de concessão patrocinada: Implantação e Operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas; Operação, Manutenção e Revitalização do Sistema Viário BA-052 e a Construção de Ponte-Travessia sobre o rio São Francisco entre os Municípios Baianos de

Xique-Xique e Barra; Execução das Obras e dos Serviços necessários à Construção e Manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica; e Implantação e Operação do VLT do Subúrbio. Em junho de 2022, o valor do fundo comprometido com esses quatro projetos somava R\$ 211,7 milhões.

No período em apreço, não houve honra de garantias com os recursos do FGBP para nenhum dos quatro projetos.

No final do semestre, o saldo disponível do fundo alcançou R\$ 271,6 milhões e o saldo dos direitos a receber por conta de garantias honradas somou R\$ 34,4 milhões. A relação patrimônio disponível / garantias ficou em 1,283.

FGAP – Fundo Garantidor do Aporte da Ponte

Através da Lei Estadual nº 14.290, de 12 de janeiro de 2021, o Poder Executivo da Bahia autorizou a criação do FGAP, com a finalidade de prestar garantia de pagamento do aporte de recursos assumido pelo parceiro público estadual no contrato de PPP, na modalidade de concessão patrocinada, para execução das obras e dos serviços necessários à Construção, Operação e Manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica.

O Relatório da Administração do FGAP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas e com parecer do auditor independente.

Em fevereiro de 2022, cumprindo o que está estabelecido no contrato de concessão relativo ao Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, o Estado da Bahia efetuou subscrição de novas cotas no valor de R\$ 250 milhões no fundo.

Até o presente momento, o FGAP não foi convocado a honrar garantias de compromissos do ente público no projeto para o qual o fundo foi instituído.

No final do semestre, o saldo disponível do FGAP somou R\$ 534,5 milhões e a relação patrimônio disponível / garantias ficou em 1,069.

II. Desempenho Financeiro

Rubricas em Relevô:

<i>Receitas da Intermediação Financeira</i>	<i>R\$ 82,5 milhões</i>
<i>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</i>	<i>R\$ 66,3 milhões</i>
<i>Resultado Operacional</i>	<i>R\$ 48,3 milhões</i>
<i>Lucro Líquido</i>	<i>R\$ 34,1 milhões</i>

A Desenhahia apurou lucro líquido de R\$ 34,1 milhões no primeiro semestre de 2022, resultado este que já se equivale a 84% do total obtido no ano de 2021, e mais de três vezes superior ao resultado obtido no mesmo período do ano passado.

A receita de intermediação foi de R\$ 82,5 milhões, com contundente oscilação positiva de 58% em comparação ao primeiro semestre de 2021. Houve crescimento de 4,9 vezes das receitas de títulos e valores mobiliários, que somaram R\$ 18,4 milhões. O aumento positivo dessa rubrica é em decorrência dos consecutivos aumentos da taxa básica de juros, que indexam os rendimentos dos títulos públicos federais. A receita com recuperação de créditos alcançou o montante de R\$ 16,7 milhões, sendo o número cinco vezes superior em comparação ao mesmo período de 2021.

As despesas da intermediação financeira somaram R\$ 16,3 milhões, com aumento de 26,2% sobre o realizado no mesmo semestre do ano anterior. Desse montante do grupo, há destaque para as despesas de obrigações por repasses, com R\$ 3,2 milhões de acréscimo monetário em comparação ao primeiro semestre de 2021. Tal aumento ocasionou-se devido à elevação da taxa Selic, visto a utilização dela como índice para diversas linhas ofertadas.

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 66,3 milhões, 69,5% superior ao do primeiro semestre de 2021.

O grupo ‘outras receitas operacionais’ somou R\$ 22,3 milhões, com incremento de 72,3% sobre o ano anterior, com destaque para receita de prestações de serviços (aumento de 98,6 %), justificado pela elevação na receita com administração de fundos, sendo esta outra rubrica a ser destacada no grupo.

Já o grupo ‘outras despesas operacionais’ totalizou R\$ 40,3 milhões, com elevação sucinta de 6,3% em relação ao mesmo período de 2021. Apesar das despesas de pessoal e administrativas permanecerem em níveis aceitáveis de oscilação, o acréscimo foi

ocasionado por fatores externos tais como atualizações de dissídio e prestações de serviços impactados pelo aumento na curva de 12 meses de índices como INPC, IPCA e IGP-M. Vale explicar, em destaque, o aumento de 45,8% nas despesas tributárias, atribuído ao crescimento da receita de intermediações financeiras e das outras receitas operacionais, bases sob as quais incidem tributos contabilizados nessa rubrica.

O resultado operacional ficou em R\$ 48,3 milhões, com razão comparativa 3,4 vezes maior que a verificada no mesmo período de 2021.

O lucro líquido, acompanhando o resultado operacional, cresceu 308% frente ao do mesmo semestre do ano anterior, chegando a R\$ 34,1 milhões.

A lucratividade atingida no primeiro semestre de 2022 demonstra que o planejamento estratégico prévio, o empenho da administração na ampliação das receitas, a habilidade da organização de se adequar a cenários econômicos adversos, aliados a um rígido controle das despesas, permanecem como vetores relevantes de gestão.

III. Destaques da Gestão

- **Microcrédito**

O programa de microcrédito operado pela Desenhahia, denominado de CrediBahia, foi originalmente construído para ser operado com os recursos do Fundese. Com a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e a disponibilidade de recursos do BNDES para os agentes repassadores credenciados e atuantes com o microcrédito, as operações passaram a ser realizadas também com esses recursos e a compor a carteira da Desenhahia. Atualmente, com recursos da carteira da própria instituição, a Agência opera na modalidade de financiamento direto a microempreendedores (chamada de 1º piso). Com recursos do Fundese, a Desenhahia opera também na modalidade financiamento a instituições operadoras de microcrédito (conhecida como operações de 2º piso).

Ao longo do semestre, foram inaugurados postos do CrediBahia em mais dez municípios baianos: América Dourada, Quijingue, Ibitiara, Riachão das Neves, Pilão Arcado, Contendas do Sincorá, Ibirapuã, Santa Bárbara, Crisópolis e Nilo Peçanha.

Em termos de desempenho operacional, no primeiro semestre de 2022, o valor total liberado para o CrediBahia 1º Piso foi de R\$ 20,1 milhões em 3.657 desembolsos, considerando os recursos das carteiras Desenhahia e Fundese. Essas liberações foram dirigidas a microempresários dispersos em 150 municípios baianos.

Ainda é digno de nota o fato de que, a partir do início de 2022, todos os postos do Credibahia passaram a atuar com a digitalização de documentos no processo de concessão, não sendo mais necessário o envio de documentos em papel para a Desenhahia fazer a análise dos pedidos de financiamento. Embora a sistemática tenha se iniciado em 2021, apenas em 2022 todos os processos de concessão passaram a tramitar digitalmente.

No que se refere ao CrediBahia 2º Piso, no período, houve uma liberação no valor de R\$ 1 milhão. Como exposto acima, para o caso, a fonte de recursos empregada foi o Fundese.

- **Municípios**

O atendimento às necessidades de melhoria de infraestrutura e aquisição de equipamentos pelos municípios baianos é um dos focos prioritários da Desenhahia. Com vistas a

melhorar as condições de vida da população baiana, a Agência coloca à disposição das administrações públicas municipais três linhas de financiamento com características próprias: infraestrutura; máquinas e equipamentos; e projetos sustentáveis. Para esses financiamentos, a Agência utiliza-se de recursos próprios e promove destaques de capital, em consonância às normas legais para operações de crédito com o setor público nacional.

No primeiro semestre de 2022, a Desenhahia desembolsou R\$ 8,6 milhões para atender contratos com oito municípios baianos. No final de junho, a carteira de operações de financiamento com municípios baianos somava R\$ 180,2 milhões, representando 28,8% da carteira ativa total da Agência. Respondem por essa parcela da carteira 78 municípios, ou seja, quase 20% do conjunto de municípios do estado da Bahia.

- **Agropecuária**

As atividades agropastoris se constituem em foco de atenção da Desenhahia. Em especial, o segmento de Grãos e Algodão e o de Café, que se apresentam como dois negócios relevantes para a economia baiana.

Na carteira de operações da Desenhahia, o amplo conjunto da agropecuária responde por 32,4% do valor dos contratos de crédito reunidos no final do primeiro semestre de 2022, em valor, R\$ 203,0 milhões. Especificamente o segmento de Grãos e Algodão responde por 17,7% do total da carteira, ou R\$ 110,9 milhões, e o de Café, por 7,2% de toda a carteira de operações, ou R\$ 44,9 milhões. Em termos de desembolsos no primeiro semestre do ano, foi direcionado R\$ 17,8 milhões para a agropecuária baiana apenas da carteira Desenhahia (34,6% do valor liberado no ano). A atenção da Desenhahia à agropecuária tem se distribuído também com outras áreas importantes de cultivo do estado. A produção de café e cana-de-açúcar no Extremo Sul, assim como a produção de cítricos no Nordeste da Bahia, estão no foco da Agência.

Visando fortalecer a atuação da Desenhahia junto ao setor, foi renovado o contrato de repasse de recursos do Funcafé no final do semestre em análise. A partir de então, a Desenhahia passou a contar com R\$ 15 milhões do fundo para contratação de operações nas finalidades capital de giro e custeio.

- **Linha Emergencial**

A Linha Emergencial do Fundese foi desenvolvida em resposta à situação de calamidade pública ocasionada por fortes chuvas seguidas de enchentes, com recordes de índices pluviométricos na região Extremo Sul do estado nas últimas semanas de 2021.

Desde então, a Agência formou um grupo de trabalho multisetorial e com frentes avançadas de atendimento, que trabalharam em conjunto com os municípios mais afetados pela catástrofe. Todo esse esforço teve intuito único e específico de apoiar, através da concessão de financiamento, os empreendedores individuais, prestadores de serviços, comerciantes e trabalhadores autônomos, a retomarem as suas atividades econômicas após as perdas ocasionadas pelas intempéries. O Governo do Estado, na posição de acionista majoritário da Agência, aportou R\$ 60 milhões no Fundese para viabilização do programa, possibilitando a rápida retomada econômica e social na região.

Foram celebrados Termos de Cooperação Técnica entre os municípios afetados, a Desenbahia e a SETRE, com a capacitação de agentes públicos municipais, e a formalização de procedimentos e mecanismo de análise otimizados, para atendimento célere, considerando a natureza da linha e o sentido de urgência de utilização por parte de seu público-alvo.

De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 14.390, de 14 de dezembro de 2021, as concessões de financiamento permitem parcelamento em até 48 meses, incluindo carência de até 12 meses, e não são cobrados juros nos contratos de até R\$ 150 mil. No início de março, foi publicado, no Diário Oficial do Estado, o Decreto nº 21.199, de 01 de março de 2022, o qual estabeleceu aporte complementar de R\$ 40 milhões nos mesmos termos da Lei nº 14.390/2021, totalizando os R\$ 60 milhões aportados pelo Governo do Estado.

- **Governança Corporativa**

A Desenbahia possui uma estrutura integrada de governança, gerenciamento de riscos e *compliance* que não só garante o atendimento ao arcabouço regulatório – em especial do órgão regulador (BACEN) – como também busca fortalecer a gestão, privilegiando um processo transparente e coletivo de tomada de decisão, além de uma operacionalização de forma organizada, eficiente e que, acima de tudo, permite gerenciar os riscos associados ao seu negócio.

Ao longo do primeiro semestre de 2022, a Desenhahia continuou aprimorando a sua política de *compliance*, assegurando, assim, a adequação, o fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos, bem como diretrizes e atividades com o propósito de reforçar a orientação e conscientização da prevenção à lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo, a fraude e a corrupção, além de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à imagem da instituição.

Três ações empreendidas cabem destaque nesse período: Prevenção e Combate à Corrupção; Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD; e Política/Risco Social, Ambiental e Climático. A Desenhahia participou e obteve retorno da autoavaliação de aderências às boas práticas de prevenção e combate à fraude e corrupção, promovida pelo Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - PNPC. Foi dado andamento às ações para a implantação efetiva da LGPD, com ações de sensibilização e de aprimoramento dos processos, matrizes de riscos e controles internos em prol da garantia dos direitos de privacidade, liberdade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Ainda foi iniciada a elaboração de nova Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e avaliação dos riscos inerentes às atividades e negócios da Desenhahia.

Conselho de Administração

João Batista Aslan Ribeiro – Presidente

Antonio Félix Macedo Mascarenhas

Cícero de Carvalho Monteiro

Francisco Alfredo Marcílio de Sousa Miranda

Frederico Matos de Oliveira

Patrícia Ferreira Nascimento

Paulo de Oliveira Costa

Sérgio Dourado Gaspar

Conselho Fiscal

Luís Augusto Peixoto Rocha – Presidente

Luiza Amélia G. Machado Mello

José Atílio Filardi Cardoso

Pedro Ricardo M. Scavuzzi de Carvalho

Diretoria

Paulo de Oliveira Costa - Diretor Presidente e Diretor de Administração e Finanças (em substituição)

Agenor Barreto Martinelli Braga - Diretor de Desenvolvimento e Negócios

Marko Svec Silva – Diretor de Operações

DESENBAHIA – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis.

Referente ao semestre findo em 30 de junho de 2022.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

**Conselho de Administração e aos acionistas da
DESENBAHIA – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA
Salvador – BA**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (Desenbahia ou Agência), que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contingências – notificações judiciais

Conforme descrito na nota explicativa nº 22, em janeiro de 2018, a Agência recebeu notificação de ação de cobrança, nº 0102944-11.2018.8.06.0001, da vara cível da comarca de Fortaleza – CE, no montante de R\$ 51.043, ação movida por órgão repassador de recursos para operações de crédito. Houve apresentação de defesa pela Desenhahia e réplica pela parte autora. O feito encontra-se concluso para proferimento de sentença. A administração da Agência e a sua assessoria jurídica não espera incorrer em perdas excedentes ao que reconhece como obrigação presente de R\$ 56.599, referente às operações de repasse. Em março de 2018, houve um ingresso de pedido de cumprimento de sentença referente ao Processo Judicial nº 0110544-77.1999.8.05.0001, postulando que a Desenhahia pagasse o valor de R\$ 66.198. Esse processo deriva de ação de execução de título executivo extrajudicial, em função de inadimplemento de operação de crédito. No que pese essa ação de execução ter ocorrido em seu curso normal, a devedora manejou ação de embargos à execução, arguindo a nulidade dos encargos financeiros dessa operação de crédito, buscando revisar os títulos e reconhecer a quitação da operação, com pagamentos já efetuados e devolução de eventuais valores pagos a maior. Em julho de 2018, a Agência incorreu em uma perda com os honorários sucumbenciais de R\$ 13.699, com provisionamento anterior ao citado cumprimento de sentença. Posteriormente, foi apresentado outro cumprimento de sentença, sem que o anterior tivesse sido julgado, no valor de R\$ 22.388. A Desenhahia ajuizou embargos de declaração, ainda não julgados, alegando que não poderia ser apresentado novo cumprimento de sentença quando há um anterior pendente de julgamento. A Desenhahia não entende como devido o valor reconhecido no primeiro despacho saneador, no montante de R\$ 4.803, tendo em vista as alegações de prescrição e iliquidez do título, nem concorda com sua forma de atualização. A matéria ainda não teve seu julgamento esgotado, já que ainda está pendente o Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). A administração não constituiu provisão para perdas em relação ao citado Processo Judicial, já que este foi classificado com prognóstico de perda possível. Em dezembro de 2020, o processo fiscal 37.252.720-5 foi reconhecido como obrigação legal, no valor de R\$ 2.924, conforme termo de perempção nº 0.481/2020, lavrado pela Receita Federal do Brasil, determinando constituição do crédito para cobrança da incidência previdenciária sobre participações no lucro. A Desenhahia tomou as medidas cabíveis na esfera judicial (processo 1000406-95.2021.4.01.3300) para suspender a exigibilidade desse crédito e para continuar discutindo-o. Em alguns desses processos, a Desenhahia efetuou desembolsos como garantia, os quais estão depositados em juízo, atualizados de acordo com a lei. No semestre findo em 30 de junho de 2022, encontram-se registrados na rubrica “Outros créditos”. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Desenhahia, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, que emitimos relatório, em 21 de fevereiro de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis da Desenhahia, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 18 de agosto de 2021, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Desenhahia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração. Logo, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido na auditoria, ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Desenhahia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Desenhahia continuar operando; pela divulgação, quando aplicável, dos assuntos relacionados com a sua continuidade operacional; e pelo uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Desenhahia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Desenhahia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Desenhahia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração da Desenhahia, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Desenhahia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Desenhahia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 2 de agosto de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo			
	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		541.058	424.548
Disponibilidades	4	470	285
Instrumentos financeiros		525.696	414.616
- Aplicações interfinanceiras	4	277.537	215.935
- Títulos e valores mobiliários	5	77.311	-
- Operações de crédito	6	179.224	208.633
- Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6	(8.376)	(9.952)
Outros ativos	7	15.005	9.647
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	7	(113)	-
Não circulante		556.107	641.869
Realizável a Longo Prazo		516.546	601.729
Instrumentos financeiros		457.063	535.384
- Títulos e valores mobiliários	5	32.434	107.445
- Operações de crédito	6	447.191	452.388
- Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6	(22.562)	(24.449)
Ativo fiscal diferido	19	9.703	10.310
Outros ativos	7	49.780	56.035
Investimentos	8	124	124
Imobilizado	9	50.317	50.334
Intangível	10	8.964	8.414
Depreciação e amortização acumuladas	9 e 10	(19.844)	(18.732)
Total do ativo		1.097.165	1.066.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho 2022 e 31 de dezembro 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		97.759	103.707
Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país	11	63.216	68.568
Outros instrumentos financeiros	12	82	1.628
Obrigações fiscais correntes	13	11.183	13.124
Provisões	13	11.644	6.433
Outros passivos	13	11.634	13.954
Não circulante		293.647	282.933
Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país	11	270.989	261.344
Obrigações fiscais diferidas	19	1.799	1.617
Provisões	13	16.667	15.693
Outros passivos	13	4.192	4.279
Patrimônio líquido		705.759	679.777
- Capital	14a	569.461	569.461
- Reservas de lucros	14b	136.298	110.316
Total do passivo e patrimônio líquido		1.097.165	1.066.417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Receitas da intermediação financeira	15	82.542	51.979
Operações de crédito		64.154	48.232
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		18.388	3.747
Despesas da intermediação financeira	15	(16.279)	(12.896)
Operações de empréstimos e repasses		(14.675)	(11.468)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(1.604)	(1.428)
Resultado bruto da intermediação financeira	15	66.263	39.083
Outras receitas/(despesas) operacionais		(17.921)	(24.912)
Receita de prestação de serviços	16	20.461	10.303
Despesa de pessoal	17	(27.680)	(24.713)
Outras despesas administrativas	17	(6.235)	(5.786)
Despesas tributárias	17	(4.852)	(3.328)
Outras receitas operacionais	16	1.886	2.663
Outras despesas operacionais	17	(1.501)	(4.051)
Resultado operacional		48.342	14.171
Resultado não operacional	18	(110)	(39)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		48.232	14.132
Imposto de renda e contribuição social	19	(10.571)	(1.063)
Participações estatutárias		(3.586)	(2.004)
Lucro líquido		34.075	11.065
Lucro por ação		0,00026235	0,00008539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido	34.075	11.065
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	34.075	11.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBANHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	#	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Estatutária	Especial		
Saldos em 1º de janeiro de 2022		569.461		28.171	60.672	21.473	-	679.777
Lucro líquido do semestre		-		-	-	-	34.075	34.075
Destinações:								
Reservas	14b	-		1.704	8.496	1.975	(12.175)	-
JCP imputado ao dividendo mínimo obrigatório	14c	-		-	-	-	(8.093)	(8.093)
Juros Sobre o Capital Próprio excedente ao mínimo obrigatório	14c	-		-	-	13.807	(13.807)	-
Saldos em 30 de junho de 2022		569.461		29.875	69.168	37.255	-	705.759
Mutações no semestre - 2022		-		1.704	8.496	15.782	-	25.982
Saldos em 1º de janeiro de 2021		568.134		26.144	53.265	1.327	-	648.870
Lucro líquido do semestre		-		-	-	-	11.065	11.065
Incorporação de JCP excedido ao resultado		-		-	3.435	-	-	3.435
Realização para fins de JCP da Reserva estatutária				-	6.748	-	6.748	-
Destinações:								
Reservas	14b	-		554	2.759	-	3.313	-
JCP imputado ao dividendo mínimo obrigatório	14c	-		-	-	-	2.627	2.627
Juros Sobre o Capital Próprio excedente ao mínimo obrigatório	14c	-		-	-	8.438	11.873	3.435
Saldos em 30 de junho de 2021		568.134		26.698	52.711	9.765	-	657.308
Mutações no semestre - 2021		-		554	554	8.438	-	8.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2022	30/06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Reclassificado
Lucro antes da tributação sobre o lucro e participações		48.232	14.132
Caixa e equivalente de caixa			
Constituição (Reversão) da provisão para desvalorização de títulos livres	15	(33)	(33)
Constituição (Reversão) da provisão para operação de crédito	15	1.604	1.429
Atualização monetária com depósitos judiciais	16	(370)	(124)
Depreciação e amortização	17	1.198	1.037
Constituição da provisão para perdas em processos judiciais	17	974	1.056
Constituição de provisão não operacional	18	373	312
Lucro líquido antes dos impostos ajustado		51.978	17.809
Variações patrimoniais			
Títulos e valores mobiliários		(2.267)	21.105
Operações de crédito		29.539	(6.098)
Outros ativos		1.007	470
Obrigações por repasses		4.293	(8.367)
Outros instrumentos financeiros		(1.546)	-
Obrigações fiscais correntes		(11.723)	(3.226)
Provisões		1.625	1.234
Outros passivos		(1.105)	(2.403)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		71.801	20.524
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso		(68)	(267)
Aquisição de intangível		(246)	(272)
Caixa líquido (aplicado)/oriundo nas atividades de investimento		(314)	(539)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos/Juros sobre capital próprio pagos		(9.700)	(7.070)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas)/atividades de financiamento		(9.700)	(7.070)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		61.787	12.915
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		216.220	178.556
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		278.007	191.471
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		61.787	12.915
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

1. Contexto operacional

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (“Desenbahia” ou “Agência”), sociedade anônima de capital fechado e economia mista, constituída em 5 de dezembro de 1966, está localizada na Rua Ivonne Silveira, 213, bairro Narandiba, Salvador, Bahia, com controle acionário pertencente ao Estado da Bahia, tem como objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimos, financiamentos e prestação de garantias, com recursos próprios ou de terceiros, bem como realização de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma agência de fomento.

Também faz parte do objeto social, a operação e administração dos seguintes fundos estaduais:

- Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE;
- Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP;
- Fundo Garantidor do Aporte da Ponte - FGAP; e,
- Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURBANO.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a regulamentação emanada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, moeda funcional da Agência. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuradas a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis, a seguir.

Para fins de melhor comparabilidade, a DFC do primeiro semestre de 2021 foi reclassificada:

	Publicada	Reclassificada
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Variações patrimoniais		
Outros ativos	-	470
Outros Créditos	698	-
Outros Valores e Bens	(227)	-
Obrigações fiscais correntes	-	(3.226)
Provisões	-	1.234
Outros passivos	(4.504)	(2.403)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	20.416	20.524
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(268)	(267)
Aquisição de intangível	(163)	(272)
Caixa líquido (aplicado)/oriundo nas atividades de investimento	(431)	(539)

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Colegiada em 2 de agosto de 2022.

3. Principais políticas contábeis

a) Reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos Financeiros

I. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As “Aplicações interfinanceiras de liquidez”, que compõem o caixa e equivalentes de caixa, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição,

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para desvalorização, quando aplicável. As operações compromissadas são registradas e ajustadas pelo seu valor de mercado.

II. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os “Títulos e valores mobiliários” são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo os fundos de investimento registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

A Agência não opera com instrumentos financeiros derivativos.

III. Operações de Crédito, Obrigações com Repasses

As “Operações de crédito” e as “Obrigações por repasses” encontram-se registradas pelos valores de realização, estando registradas pelo valor do principal, incorporando os rendimentos e encargos auferidos até a data do Balanço em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

IV. Provisão para perdas associadas ao risco de créditos

A “Provisão para perdas associadas ao risco de créditos” encontra-se constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requerem a sua classificação de riscos em níveis de risco (de AA a H) e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. Os níveis de risco de crédito das operações são definidos e efetuados com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. As classificações das operações de crédito são revisadas anualmente.

A Administração adota contagem em dobro dos períodos em atraso para fins de constituição de provisões, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, e que possuam garantias reais, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso, classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, 5 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As operações renegociadas, que já haviam sido baixadas como prejuízo, são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer reclassificação da operação para categoria de menor risco.

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O início de sua vigência é a partir de 1º de janeiro de 2025, com ações de implantação e reportes a partir de 2022.

d) Outros ativos

São demonstrados:

- I. Por valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.
- II. Por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; material em estoque que se referem a materiais de uso e consumo corrente; investimentos temporários registrados pelo custo de aquisição e retificados pela provisão para perdas; e, Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos futuros.

e) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da respectiva depreciação. As depreciações das edificações são calculadas pela vida útil estimada, enquanto as depreciações dos demais itens do imobilizado de uso são calculadas pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais: 20% para processamento de dados e comunicação, e 10% para os demais itens.

f) Intangível

O intangível é composto pelos ativos não monetários sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos internamente, destinados à manutenção ou

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são deduzidos das amortizações calculadas pela respectiva vida útil estimada.

g) Redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de ativos se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e, ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

h) Outras Obrigações

São demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo:

Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes, cuja entrada de benefícios econômicos é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões são constituídas levando em conta o julgamento dos assessores jurídicos quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Esses montantes são revisados mensalmente e os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente;

Passivos contingentes: não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Obrigações legais: Decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Tributos correntes e diferidos

As provisões para os tributos sobre o lucro e o faturamento são constituídas às alíquotas a seguir:

TRIBUTOS	ALÍQUOTA
Imposto de Renda - IRPJ (15% mais adicionais de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Agência optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa pela receita bruta, com suspensão e redução, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal e prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 19.

k) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Agência tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável, dessa forma as provisões para férias e 13º salário estão integralmente reconhecidas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 30 de junho de 2022****(Valores expressos em milhares de Reais)**

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Os benefícios pós-emprego concedidos pela Agência correspondem apenas à complementação de auxílio saúde por um prazo pré-estabelecido.

l) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício, aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

m) Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações.

Dois tipos de eventos podem ser identificados: (i) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações; e, (ii) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>jun-22</u>	<u>dez-21</u>
Caixa		
Depósitos Bancários	470	285
Equivalentes de Caixa		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (nota explicativa nº 5)	277.537	215.935
Total	<u>278.007</u>	<u>216.220</u>

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>jun-22</u>	<u>dez-21</u>
Renda fixa - LFT (1)	77.409	73.432
Fundo soberano (2)	32.434	34.149
Fundos de empresas emergentes (3)	2.707	2.701
	<u>112.550</u>	<u>110.282</u>
Provisão para desvalorização de títulos - LFT	(98)	(136)
Provisão para desvalorização de títulos - Outros	(2.707)	(2.701)
Total	<u>109.745</u>	<u>107.445</u>
Circulante	77.311	-
Não circulante	32.434	107.445

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

- (1) Títulos emitidos em 1º de setembro de 2020, com vencimento em 1º de março de 2023.
- (2) Montante corresponde a fundo de investimento aberto em renda fixa no Banco do Nordeste. Por questão contratual, a Agência deve manter aplicado no BNB recursos no montante equivalente ao saldo da carteira de repasse de recursos do FNE, excetuando-se os montantes das operações passivas oriundas do Baneb (R\$ 56.599).
- (3) O montante refere-se à aplicação em Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes administrado pelo Fundo Rio Bravo, ajustados a valor de mercado, com provisão para desvalorização.

6. Operações de crédito

Carteira por modalidade

	jun-22	dez-21
Empréstimos	110.496	109.028
Financiamentos	324.625	345.802
Financiamentos Rurais	172.811	186.786
Financiamentos de Infraestrutura	18.483	19.405
Total da carteira de crédito	626.415	661.021

Carteira por atividade econômica

	jun-22	dez/21
Pessoas Físicas	21.275	18.401
Indústria	67.732	74.380
Comércio	38.345	41.143
Serviços	141.825	140.581
Rural	177.053	193.250
Operações de crédito - Setor privado	446.230	467.755
Operações de crédito - Setor público	180.185	193.266
Total da carteira de crédito	626.415	661.021

Classificação por nível de risco

	Provisionamento (%)	jun-22		dez-21	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Carteira própria					
AA	0,00	179.450	-	187.236	-
A	0,50	140.115	(702)	177.004	(885)
B	1,00	177.931	(1.779)	166.430	(1.664)
C	3,00	70.587	(2.118)	69.665	(2.090)
D	10,00	28.773	(2.877)	28.946	(2.895)
E	30,00	4.610	(1.383)	3.276	(983)
F	50,00	645	(323)	612	(306)
G	70,00	8.492	(5.944)	7.580	(5.306)

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

H	100,00	12.117	(12.117)	16.579	(16.579)
Total carteira própria		<u>622.720</u>	<u>(27.243)</u>	<u>657.328</u>	<u>(30.708)</u>
Carteira adquirida do BANEBA/FNE e BANEBA/FINAME					
C	3,00	-	-	-	-
H	100,00	3.695	(3.695)	3.693	(3.693)
Total carteira BANEBA		<u>3.695</u>	<u>(3.695)</u>	<u>3.693</u>	<u>(3.693)</u>
Total geral		<u>626.415</u>	<u>(30.938)</u>	<u>661.021</u>	<u>(34.401)</u>
Circulante		179.224	(8.376)	208.633	(9.952)
Não circulante		447.191	(22.562)	452.388	(24.449)

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Carteira por níveis de risco e faixa de vencimento

	Operações Vincendas	Operações Vencidas em jun-2022					Total	%
		0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Acima de 90 dias		
AA	179.407	43	-	-	-	-	179.450	28,65%
A	139.940	119	56	-	-	-	140.115	22,37%
B	177.705	1	217	8	-	-	177.931	28,40%
C	70.065	30	152	55	282	3	70.587	11,27%
D	28.692	12	18	26	22	3	28.773	4,59%
E	4.299	12	43	46	47	163	4.610	0,74%
F	577	8	10	12	12	26	645	0,10%
G	8.366	4	20	24	21	57	8.492	1,36%
H	13.281	23	42	51	49	2.366	15.812	2,52%
Total	622.332	252	558	222	433	2.618	626.415	100,00%
	Operações Vincendas	Operações Vencidas em dez-2021					Total	%
		0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Acima de 90 dias		
AA	187.236	-	-	-	-	-	187.236	28,33%
A	176.882	89	33	-	-	-	177.004	26,78%
B	165.997	50	339	44	-	-	166.430	25,18%
C	68.870	31	523	111	123	7	69.665	10,54%
D	27.693	10	421	392	385	45	28.946	4,38%
E	3.211	9	10	16	13	17	3.276	0,50%
F	532	9	6	11	8	46	612	0,09%
G	7.519	5	12	11	9	24	7.580	1,15%
H	16.921	64	1.670	617	121	879	20.272	3,07%
Total	654.861	267	3.014	1.202	659	1.018	661.021	100,00%

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 30 de junho de 2022****(Valores expressos em milhares de Reais)****Concentração da carteira de operações de crédito**

	jun-22		
	Saldo	Carteira (%)	Provisões
10 maiores devedores	183.840	29,35%	(3.642)
50 seguintes devedores	219.746	35,08%	(5.879)
100 seguintes maiores devedores	125.618	20,05%	(11.871)
Demais devedores	97.211	15,52%	(9.546)
Total	626.415	100,00%	(30.938)

	dez-21		
	Saldo	Carteira (%)	Provisões
10 maiores devedores	207.618	31,41%	(3.574)
50 seguintes devedores	235.581	35,64%	(10.206)
100 seguintes maiores devedores	123.411	18,67%	(11.446)
Demais devedores	94.411	14,28%	(9.175)
Total	661.021	100,00%	(34.401)

7. Outros ativos

	jun-22	dez-21
Rendas a receber (1)	5.667	5.230
Adiantamentos e antecipações salariais	1.482	905
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	159	163
Devedores por depósitos em garantia (2)	14.861	12.158
Impostos a compensar	6	5
Pagamentos a ressarcir (3)	929	1.048
Devedores diversos - país (4)	4.175	8.790
Provisão p/ outros créditos (5)	(2.887)	(2.627)
	24.392	25.672
Investimentos temporários (6)	2.251	2.251
Provisão para perdas em investimentos temp. (6)	(2.251)	(2.251)
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos (7)	39.893	39.893
Provisão para desvalorização - ativos não financeiros (8)	(186)	(73)
Material em estoque	73	77
Despesas antecipadas	500	113
	40.280	40.010
	64.672	65.682
Circulante	14.892	9.647
Não circulante	49.780	56.035

(1) O montante refere-se às taxas de administração e de equalização do FUNDESE no valor de R\$ 3.192 (R\$ 3.196 em 31 de dezembro de 2021), do FGAP no valor de R\$ 82 (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2021), do FGAP no valor de R\$ 273 (R\$ 113 em 31 de dezembro de 2021), e de valores de aluguel de bem recebido em dação de pagamento de operação de crédito, de aluguel do espaço da cantina, e de condomínio e manutenções a serem ressarcidos por órgãos que ocupam parte do espaço físico da antiga sede, montante de R\$ 2.120 (R\$ 1.864 em 31 de dezembro de 2021);

(2) Vide nota explicativa nº 22;

(3) Composição de Pagamentos a ressarcir:

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

- i. Valores a receber junto à Secretaria de Administração e Infraestrutura do Estado da Bahia, à Prefeitura de Salvador, ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e à compradores de fazendas recebidas em dação de pagamento e alienadas referente a ITR no valor de R\$ 770 (R\$ 770 em 31 de dezembro de 2021), sem expectativa de realização e provisionados;
- ii. Valores a receber de ex-empregados a título de co-participação em benefício recebido, por adesão a plano de demissão voluntários, em plano de saúde no valor de R\$ 157 (R\$ 278 em 31 de dezembro de 2021);
- iii. Valores a receber do FGBP a título de ressarcimento de gastos com auditoria independente no valor de R\$ 1 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).
- iv. Valores a receber do FGAP a título de ressarcimento de gastos com auditoria independente no valor de R\$ 1 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

(4) Composição de Devedores diversos:

- i. Rebate nas taxas de juros das operações repactuadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, e ressarcidas pelo STN - Tesouro Nacional, no valor de R\$ 25 (R\$ 4.728 em 31 de dezembro de 2021);
 - ii. Valores a serem ressarcidos pelo Banco do Nordeste dos descontos concedidos aos mutuários das operações Cacau/Vassoura de Bruxa (BNB/FNE/BANEB), optantes pelo PAC do Cacau, conforme previsto nas Leis nº 11.775/08 e 12.249/10, no valor de R\$ 187 (R\$ 187 em 31 de dezembro de 2021);
 - iii. Valores a serem ressarcidos em função de concessão de rebate para liquidação de operações de crédito rural, relativos aos empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene, com ônus do FNE, conforme previsto na Lei nº 12.844/2013, no valor de R\$ 3.260 (R\$ 3.260 em 31 de dezembro de 2021);
 - iv. Valores a serem ressarcidos pelo BNDES em função do Programa Especial de Saneamento Agrícola - PESA no valor de R\$ 407 (R\$ 407 em 31 de dezembro de 2021);
 - v. O montante restante de R\$ 296 (R\$ 208 em 31 de dezembro de 2021) está pulverizado em pequenos ressarcimentos e em pendências a regularizar.
- (5) Provisionamentos de valores a receber sem expectativa de realização junto às Secretarias de Turismo, Administração e Infraestrutura do Estado da Bahia, à Prefeitura de Salvador, ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à compradores de fazendas recebidas em dação de pagamento e alienadas referente a ITR e a rendas de aluguel de bens recebidos em dação de pagamento.
- (6) A Desenbahia possui participações acionárias em instituições não financeiras, com baixa representatividade acionária, e que estão totalmente provisionadas;
- (7) O montante refere-se a 7 (7 em 31 de dezembro de 2021) imóveis recebidos em dação de pagamento de operações de crédito.
- (8) O valor refere-se a R\$ 113 de provisão por redução do valor recuperável de um imóvel, que a administração pretende vende-lo por valor inferior ao registro contábil, e a R\$ 73 de provisão integral de bem não alienado no prazo estipulado pelo Bacen e classificado com bem em regime especial à época da vigência da norma específica.

8. Investimentos

	Jun-2022			Dez-2021		
	Valor de Aquisição	Provisão	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Provisão	Valor Contábil
Investimentos (1)	497	(497)	-	497	(497)	-
Obras de arte	124	-	124	124	-	124
	621	(497)	124	621	(497)	124

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 30 de junho de 2022****(Valores expressos em milhares de Reais)**

- (1) A Desenbahia possui participações acionárias em instituições não financeiras, com baixa representatividade acionária, e que estão totalmente provisionadas

9. Imobilizado de uso

	Jun-2022			Dez-2021		
	Valor de Aquisição	Depreciação	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Depreciação	Valor Contábil
Imobilizações em curso	97	-	97	97	-	97
Instalações	1.423	(1.136)	287	1.423	(1.065)	358
Móveis e equipamentos	8.536	(6.577)	1.959	8.553	(6.282)	2.271
Imóveis de uso (1)	40.261	(7.669)	32.592	40.261	(7.335)	32.926
	50.317	(15.382)	34.935	50.334	(14.682)	35.652

- (1) A Desenbahia efetua teste de recuperabilidade da sua sede anualmente no segundo semestre. Não foi identificada indicação de desvalorização no valor registrado de R\$ 32.592 (R\$ 32.926 em 31 de dezembro de 2021), não sendo necessário reconhecer provisão por desvalorização de bens.

10. Intangível

	Jun-2022			Dez-2021		
	Valor de Aquisição	Amortização	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Amortização	Valor Contábil
Gerados internamente	450	(29)	421	430	(16)	414
Licenças e direitos autorais e de uso	8.514	(4.433)	4.081	7.984	(4.034)	3.950
	8.964	(4.462)	4.502	8.414	(4.050)	4.364

11. Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país

Segregação por faixa de vencimento das obrigações por repasse:

	jun-22				
	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	TOTAL
BNDES	6.443	28.348	96.353	43.965	175.109
FINAME	8.368	10.851	32.783	5.781	57.783
FINEP	644	1.915	979	-	3.538
BNB	1.177	3.619	14.516	67.646	86.958
FUNCAFÉ	-	127	2.063	-	2.190
FUNGETUR	325	1.400	5.711	1.191	8.627
Total	16.957	46.260	152.405	118.583	334.205
Circulante					63.216
Não circulante					270.989

	dez-21				
	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	TOTAL
BNDES	7.274	33.499	88.003	42.076	170.852
FINAME	3.770	15.296	34.991	5.380	59.437
FINEP	644	1.910	2.250	-	4.804
BNB	1.455	3.415	15.092	67.440	87.402
FUNCAFÉ	-	127	125	-	252
FUNGETUR	213	965	5.792	195	7.165
Total	13.356	55.212	146.253	115.091	329.912

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 30 de junho de 2022****(Valores expressos em milhares de Reais)**

Circulante	68.568
Não circulante	261.344

12. Outros instrumentos financeiros

A Desenbahia possui, também, um saldo de passivo financeiro no valor de R\$ 82 (R\$ 1.628 em 31 de dezembro de 2021) com captação junto ao Ministério do Turismo, através do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR já recebida, mas ainda não liberados como operação de crédito ativa.

13. Obrigações fiscais, provisões e outros passivos

	jun-22	dez-21
Obrigações fiscais correntes		
Impostos e contribuições s/ lucro a pagar	5.681	7.592
Impostos e contribuições a recolher	5.461	5.509
IOF a Recolher	41	23
	11.183	13.124
Circulante	11.183	13.124
Não circulante	-	-
Provisões		
Provisão para participação nos lucros	3.578	-
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	8.066	6.433
Provisão para contingências (2)	16.667	15.693
	28.311	22.126
Circulante	11.644	6.433
Não circulante	16.667	15.693
Outros passivos		
Remuneração de capital a pagar	8.100	9.637
Gratificações e Participações a pagar	124	2.550
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.189	881
Credores diversos (3)	6.413	5.165
Total	15.826	18.233
Circulante	11.634	13.954
Não circulante	4.192	4.279

- (1) Do montante, a importância de R\$ 8.002 (R\$ 6.134 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a provisionamentos das obrigações com décimo terceiro salário, férias e encargos, e R\$ 64 (R\$ 299 em 31 de dezembro de 2021) a provisões das despesas administrativas estimadas, a serem pagas no mês subsequente;
- (2) Valores decorridos na nota explicativa nº 22;
- (3) Deste montante:

- i. O valor de R\$ 2.943 (R\$ 2.943 em 31 de dezembro de 2021) representa saldo de receita a ser reconhecida quando realizados os ressarcimentos pelo FNE referentes à Lei 12.844/2013;
- ii. O valor de R\$ 863 (R\$ 835 em 31 de dezembro de 2021) corresponde a contas a pagar de despesas a vencer em período posterior;
- iii. O valor de R\$ 354 (R\$ 760 em 31 de dezembro de 2021) corresponde a obrigações com assistência médica de empregados inativos que obtiveram este benefício por adesão aos PDV's em exercícios anteriores;
- iv. O valor de R\$ 2.253 (R\$ 627 em 31 de dezembro de 2021) está pulverizado em lance recebido em leilão de ativos não financeiros, pequenos valores a pagar e pendências a regularizar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)**14. Patrimônio líquido****a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é constituído por ações nominativas sem valor nominal após homologação pelo Banco Central do Brasil, assim distribuídas:

	jun-22		
	Milhares de ações (qtde)	Capital social	%
Ações ordinárias	45.468.723	199.348	35,01%
Ações preferenciais com direito a voto	22.267.363	97.629	17,14%
Ações preferenciais sem direito a voto	62.149.486	272.484	47,85%
	129.885.572	569.461	100,00%
	dez-21		
	Milhares de ações (qtde)	Capital social	%
Ações ordinárias	45.362.814	198.885	34,93%
Ações preferenciais com direito a voto	22.215.496	97.400	17,10%
Ações preferenciais sem direito a voto	62.004.722	271.849	47,74%
	129.583.032	568.134	99,77%
Aumento de capital proposto		1.327	0,23%
		569.461	100,00%

O acionista majoritário, o Estado da Bahia, detém 99,99% das ações ordinárias e 99,95% das ações preferenciais, totalizando assim 99,96% de participação.

Em dezembro de 2021 foi deliberado em assembleia geral extraordinária um aumento de capital de R\$ 1.327 mil, fruto de JCP constituído no exercício de 2020. Esse aumento foi homologado pelo Bacen em março de 2022.

b) Reservas de lucros

Conforme disposto na Lei nº 6.404/76 e no estatuto, quando aplicável, a reserva de lucros é constituída:

- Reserva legal: 5% sobre o lucro líquido;
- Reserva estatutária - para futuro aumento de capital: 35%, no mínimo, do lucro líquido após destinações de reserva legal e de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, e, do montante destinado ao pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio de exercícios anteriores, conforme deliberado em assembleia.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

O estatuto social da Agência confere o direito aos acionistas a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com as regras nele definidas e faculta que os juros sobre o capital próprio sejam imputados aos dividendos.

A Desenhahia calculou os juros sobre o capital próprio com base nas normas definidas pela legislação fiscal vigente, obedecendo ao seu limite, conforme demonstrado a seguir:

	jun-22	jun-21
Capital Social	568.134	568.134
Aumento de Capital	1.327	-
Reservas de Lucros	110.316	80.736
Total	679.777	648.870
Base de Cálculo do JCP	679.777	648.870
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP proporcional	3,2249%	2,2500%
Limite do JCP dedutível para o período	21.922	14.600

No primeiro semestre de 2022, foi provisionado o montante de R\$ 21.900 (R\$ 14.500 em 2021) a título de juros sobre o capital próprio. Para 2020, o valor constituído foi limitado pelo art. 2º da Resolução CMN nº 4.820 que estabeleceu vedação, por prazo determinado, considerando os potenciais efeitos da pandemia.

Os JCP declarados e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, são reconhecidos no passivo circulante na rubrica “Sociais e Estatutárias”, e os JCP propostos e ainda não aprovados em assembleia são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de “Reserva Especiais de Lucros”.

Por remunerar seus acionistas mediante juros sobre capital próprio, a Desenhahia obteve uma economia fiscal de R\$ 6.807 (R\$ 4.507 em 2021).

15. Resultado bruto da intermediação financeira

	jun-22	jun-21
Receitas da intermediação financeira		
Operações de crédito	47.465	45.029
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	16.689	3.202
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (2)	12.569	2.379
Rendas com TVM e instrumentos financeiros derivativos (2)	5.786	1.335
Receita com reversão de provisões operacionais - desvalorização títulos	69	86
Despesas de provisões operacionais - desvalorização títulos	(36)	(52)
Total	82.542	51.979
Despesas da intermediação financeira		
Empréstimos e repasses - BNDES	(8.999)	(6.590)
Empréstimos e repasses - FINAME	(1.925)	(1.473)
Empréstimos e repasses - FINEP	(85)	(76)
Empréstimos e repasses - Outras Instituições oficiais	(3.666)	(3.328)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.604)	(2.797)
Reversão provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	1.368
Total	(16.279)	(12.896)
Resultado bruto da intermediação financeira	66.263	39.083

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

- (1) Os saldos renegociados, incluindo as operações ainda ativas, totalizaram R\$ 34.042 (R\$ 16.474 em 2021).
- (2) Aumento oriundo do comportamento das taxas de mercado.

16. Outras receitas operacionais

	jun-22	jun-21
Receitas de prestação de serviços		
Taxa de análise	563	856
Taxa de fiscalização de obras financiadas	16	5
Tarifa substituição/exclusão de garantias	91	39
Tarifa de alteração de relatório de engenharia	69	3
Taxa com administração de fundos - Fundese (1)	18.004	9.202
Taxa com administração de fundos - FGBP	416	105
Taxa com administração de PPP	5	5
Taxa com administração de FGAP	1.297	88
Total	20.461	10.303
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas	612	157
Outras rendas operacionais (2)	1.274	2.506
Total	1.886	2.663

- (1) Aumento devido aporte de capital do Estado em outubro/2021 alacando o patrimônio do Fundese, que é a base da mensuração desta receita.
- (2) Composição:

	jun-22	jun-21
Rendas de equalização - PMC (a)	297	989
Rendas de equalização - PROTAXI (a)	2	6
Atualização monetária depósitos judiciais	370	124
Bônus recebidos	192	324
Atualização monetária de bônus PESA	390	920
Outros	23	143
Total	1.274	2.506

- (a) Refere-se a equalização de custos financeiros regulamentada no Decreto nº 7.798 de 05 de maio de 2000, e alterações posteriores, pelas Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundese nº 139/2007 e 187/2012 e, estão relacionadas ao crédito concedido no Programa de Microcrédito - PMC do BNDES e na linha de crédito PRÓTAXI.

17. Outras despesas operacionais

	jun-22	jun-21
Despesas de pessoal		
Honorários	(1.027)	(1.148)
Benefícios	(2.224)	(2.040)
Encargos sociais	(7.118)	(6.354)
Proventos	(17.091)	(15.137)
Treinamento	(51)	(25)
Estagiários	(169)	(9)
Total	(27.680)	(24.713)
Outras despesas administrativas		
Água, energia e gás	(568)	(559)

DESENBHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Aluguéis	(177)	(154)
Comunicações	(101)	(66)
Manutenção e conservação de bens	(359)	(314)
Material	(85)	(46)
Processamento de dados	(732)	(601)
Promoções e relações públicas	(85)	(6)
Propaganda e publicidade	(30)	(217)
Publicações	(92)	(95)
Seguros	(86)	(11)
Serviços sistema financeiro	(263)	(208)
Serviços de terceiros	(760)	(784)
Serviços de segurança e vigilância	(573)	(518)
Serviços técnicos especializados	(563)	(552)
Transporte	(65)	(32)
Viagem no país	(103)	(16)
Outras despesas administrativas	(395)	(570)
Despesas de amortização	(412)	(303)
Despesas de depreciação	(786)	(734)
Total	(6.235)	(5.786)
Despesas tributárias		
ISS	(1.023)	(515)
COFINS	(2.916)	(2.013)
PIS	(474)	(327)
Outras despesas tributárias	(439)	(473)
Total	(4.852)	(3.328)
Outras despesas operacionais		
Despesas de provisões passivas	(974)	(1.056)
Despesa descontos concedidos em renegociações (1)	(337)	(2.666)
Despesa Obrig. p/ Fundos Financiamento e Desenvolvimento	(26)	(67)
Outras despesas operacionais	(164)	(262)
Total	(1.501)	(4.051)

- 1) Um mutuário específico efetuou pagamento antecipado o que gerou um desconto por descapitalização de R\$ R\$ 1.612 em 2021;

18. Resultado não operacional

	jun-22	jun-21
Receitas não operacionais (1)	283	331
Despesas não operacionais (2)	(393)	(370)
Total	(110)	(39)

- (1) Destaca-se reconhecimento de rendas com aluguéis de um ativo não financeiro mantido para venda (recebido em dação de pagamento) no valor de R\$ 260 (R\$ 312 em 2021).
- (2) Destaca-se o provisionamento pelo não recebimento das rendas com aluguéis de um ativo não financeiro mantido para venda (recebido em dação de pagamento) no valor de R\$ 260 (R\$ 312 em 2021) e a provisão por redução do valor recuperável de outro imóvel, que a administração pretende vendê-lo por valor inferior ao registro contábil, no valor de R\$ 113 (R\$ 0 em 2021).

19. Imposto de renda e contribuição social

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 30 de junho de 2022****(Valores expressos em milhares de Reais)****Conciliação dos tributos sobre o lucro**

	<u>jun/22</u>	<u>jun/21</u>
Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes	(5.371)	(562)
(-) Provisão Para Imposto De Renda - Valores Diferidos	(101)	-
Ativo Fiscal Diferido - Imposto de Renda	(346)	-
	<u>(5.818)</u>	<u>(562)</u>
Provisão para Contribuição Social - Valores Correntes	(4.412)	(501)
Provisão Para Contribuição Social - Valores Diferidos	(80)	-
Ativo Fiscal Diferido - Contribuição Social	(261)	-
	<u>(4.753)</u>	<u>(501)</u>
Total de tributos correntes e diferidos sobre o lucro	<u>(10.571)</u>	<u>(1.063)</u>

a) Tributos correntes

Em 30 de junho de 2022 e 2021 ocorreram as seguintes apurações:

	IRPJ	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	44.646	12.128
(+) Adições	9.481	8.503
(-) Exclusões	(22.612)	(17.050)
(=) Lucro/Prejuízo Real	31.515	3.581
(-) Compensação prejuízo fiscal	(9.455)	(1.074)
(=) Lucro/Prejuízo Fiscal	22.060	2.507
IRPJ (15%)	3.309	376
Adicional Federal IRPJ ((nº meses * R\$ 20 mil)*10%)	2.194	239
(-) Incentivos Fiscais - PAT	(132)	(15)
(-) Incentivos Fiscais - Prorrogação da Licença	-	(38)
Maternidade/Paternidade Lei 11.770 /Dec 7.052	-	-
	<u>5.371</u>	<u>562</u>

	CSLL	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	44.646	12.128
(+) Adições	9.481	8.503
(-) Exclusões	(22.612)	(17.050)
(=) Base de Cálculo/Negativa da CSLL	31.515	3.581
(-) Compensação de Base Negativa da CSLL	(9.455)	(1.074)
(=) Base de Cálculo/Negativa da CSLL	22.060	2.507
CSLL (20%)	4.412	501
TOTAL TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	<u>9.783</u>	<u>1.063</u>

b) Tributos diferidos

Os créditos tributários diferidos referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal e sobre Prejuízo Fiscal e sobre Base Negativa de CSLL, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

	<u>dez/21</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>jun/22</u>
a) Créditos tributários				

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 30 de junho de 2022****(Valores expressos em milhares de Reais)**

Provisão para Devedores Duvidosos	1.511	726	(91)	2.146
Prejuízo Fiscal	4.384	2.169	(2.364)	4.189
Base Negativa de CSLL	4.415	844	(1.891)	3.368
Total geral - ativos fiscais diferidos	10.310	3.739	(4.346)	9.703
b) Débitos tributários				
Depreciação diferida	1.618	181	-	1.799
Total de passivos fiscais diferidos	1.618	181	-	1.799

c) Estimativa de realização dos créditos tributários

A expectativa de realização dos créditos tributários, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/2020, que demonstrou a existência de lucros ou resultados tributáveis em apenas 2 anos conforme demonstrado a seguir:

	2022	2023	Total
Valor Nominal	1.842	8.763	10.605
Valor Presente	1.685	8.018	9.703

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, foram calculados considerando-se a taxa de captação praticada pela Desenbahia.

d) Créditos tributários não reconhecidos

Existem créditos tributários não ativados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL, em junho de 2022, no montante de R\$ 181.493 mil.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

20. Resultados recorrentes/não recorrentes

	jun/22			jun/21		
	Recorrente	Não recorrente	Total	Recorrente	Não recorrente	Total
Receitas da intermediação financeira	82.542	-	82.542	51.979	-	51.979
Despesas da intermediação financeira	(16.279)	-	(16.279)	(12.896)	-	(12.896)
Resultado bruto da intermediação financeira	66.263	-	66.263	39.083	-	39.083
Outras receitas (despesas) operacionais	(17.921)	-	(17.921)	(24.912)	-	(24.912)
Resultado operacional	48.342	-	48.342	14.171	-	14.171
Resultado não operacional (1)	-	(110)	(110)	(1)	(38)	(39)
Resultado antes da tributação s/ o lucro e participações	48.342	(110)	48.232	14.170	(38)	14.132
Imposto de renda e contribuição social (3)	(10.490)	(81)	(10.571)	(1.071)	8	(1.063)
Participações estatutárias	(3.586)	-	(3.586)	(2.004)	-	(2.004)
Lucro líquido	34.266	(191)	34.075	11.095	(30)	11.065

(1) **Resultado não recorrente:** Receitas de aluguéis de ativo não financeiro mantido para venda no valor de R\$ 260 (R\$ 312 em junho de 2021), provisionamento das receitas com aluguel de ativo não financeiro mantido para venda no valor de R\$ 260 (R\$ 312 em junho de 2021), rendas com aluguel de espaço do refeitório da sede no valor de R\$ 1 (R\$ 5 em junho de 2021), multas no valor de R\$ 15 (R\$ 57 em junho de 2021), dividendos de acionistas minoritários não reclamados no valor de R\$ 5 (R\$ 14 em junho de 2021), indenização por acionamento de seguro predial devido danos elétricos no valor de R\$ 16 (R\$ 0 em junho de 2021), reconhecimento de perda em operação de crédito no valor de R\$ 5 (R\$ 0 em junho de 2021) e desvalorização de ativo não financeiro mantido para venda de R\$ 113 (R\$ 0 em junho de 2021).

(2) Impacto dos eventos não recorrentes na tributação sobre o lucro.

21. Partes relacionadas

A Desenbahia possui as seguintes partes relacionadas:

- Governo do Estado da Bahia: Acionista majoritário;
- Diretoria Colegiada, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário: Pessoal-chave da Administração;
- FUNDESE: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - Fundese, sendo que seus recursos são aplicados em empréstimos a pessoas jurídicas e físicas, segundo critérios estabelecidos nas Leis Estaduais nº 6.445, de 7 de dezembro de 1992 e 7.599, de 7 de fevereiro de 2000, não cabendo ônus algum no caso de eventual inadimplência. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2022 montam R\$ 1.323.931 (R\$ 1.212.665 em 31 de dezembro de 2021), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação;
- FUNDURBANO: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundurbano, que se encontra em liquidação. A Lei nº 8.829, de 9 de outubro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e extinção do Fundurbano, determina no seu art. 1º que os recursos provenientes do retorno das aplicações do Fundo, sob a forma de amortização do principal, atualização monetária, juros, multas, comissões e resgates de aplicações no mercado financeiro serão destinados à realização de aporte de capital na Desenbahia. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2022 montam R\$ 314 (R\$ 314 em 31 de dezembro de 2021), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação. As operações de crédito do fundo foram liquidadas em maio de 2018, restando apenas a regularização de valores bloqueados judicialmente para que o fundo seja liquidado na íntegra;
- FGBP: A Agência é gestora do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP, que tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração direta ou indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas. Este fundo tem natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e está sujeito a direitos e obrigações próprias. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2022 montam R\$ 305.922 (R\$ 292.772 em 31 de dezembro de 2021);
- FGAP: A Agência é gestora do Fundo Garantidor do Aporte da Ponte - FGAP, que tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento do aporte de recursos de que trata o parágrafo 2º do artigo 6º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, assumido pelo parceiro público estadual no contrato de Parcerias Público-Privadas na modalidade concessão patrocinada para a execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica. Este fundo tem natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e está sujeito a direitos e obrigações próprias. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2022 montam R\$ 534.268 (R\$ 259.624 em 31 de dezembro de 2021);

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 30 de junho de 2022****(Valores expressos em milhares de Reais)**

Transações mantidas pela Desenbahia com essas partes relacionadas:

	Saldos a Receber (Pagar) - Ativo (Passivo)	
	jun/22	dez/21
Taxa de administração - Fundese	3.094	2.909
Rendas de equalização - Fundese	98	287
Taxa de administração - FGBP	82	57
Taxa de administração - FGAP	273	113
Ressarcimento despesas - Secretaria de Turismo	40	40
Ressarcimento despesas - Secretaria de Administração	162	162
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	(8.097)	(9.634)
Remuneração diretoria colegiada	(56)	(276)
Total	(4.404)	(6.342)

	Receitas (Despesas) incorridas no período	
	jun/22	jun/21
Taxa de administração - Fundese	18.004	9.202
Rendas de equalização - Fundese	299	995
Taxa de administração - FGBP	416	105
Taxa de administração - FGAP	1.297	88
Ressarcimento despesas - Secretaria de Turismo	-	-
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	(21.900)	(14.500)
Remuneração diretoria colegiada	(930)	(896)
Remuneração conselho de administração	(220)	(209)
Remuneração conselho fiscal	(82)	(101)
Remuneração comitê de auditoria estatutário	(28)	(29)
Total	(3.144)	(5.345)

22. Provisão para riscos processuais

De acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados como provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	Dez-21	Constituição	Atualização	Reversão	Jun-22
Trabalhistas	11.706	-	720	-	12.426
Cíveis	3.654	38	198	-	3.890
Fiscais	333	-	18	-	351
Total	15.693	38	936	-	16.667

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	Dez-21	Constituição	Atualização	Reversão	Jun-22
-----------------	---------------	---------------------	--------------------	-----------------	---------------

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Trabalhistas (1)	19.574	5.344	1.244	(2.587)	23.575
Cíveis	56.707	94	3.075	-	59.876
Fiscais	1.289	-	70	-	1.359
Total	77.570	5.438	4.389	(2.587)	84.810

(1) O incremento do risco possível trabalhista decorre de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários não concursados que tiveram seus vínculos trabalhistas encerrados em maio de 2017 por iniciativa desta Agência de Fomento.

Processo nº 0102944-11.2018.8.06.0001

Em janeiro de 2018, a Agência recebeu uma notificação de ação de cobrança nº 0102944-11.2018.8.06.0001 da vara cível da comarca de Fortaleza-CE no montante de R\$ 51.043, ação movida por órgão repassador de recursos para operações de crédito. É alegada a impossibilidade de a Desenhahia aderir aos benefícios legais previstos na Lei federal nº 13.340/2016. Houve apresentação de defesa pela Desenhahia e réplica pela parte autora. O feito encontra-se concluso para proferimento de sentença. A Administração da Agência e sua assessoria jurídica não espera incorrer em perdas excedentes ao que reconhece como obrigação presente de R\$ 56.599, referente às operações de repasse.

Processo nº 0110544-77.1999.8.05.0001

Em março de 2018, houve um ingresso de pedido de cumprimento de sentença referente ao Processo Judicial nº 0110544-77.1999.8.05.0001, postulando que a Desenhahia pagasse o valor de R\$ 66.198, do processo ora referido. Esse processo deriva de ação de execução de título executivo extrajudicial, em função de inadimplemento de operação de crédito. No que pese essa ação de execução ter ocorrida em seu curso normal, a devedora manejou ação de embargos à execução arguindo a nulidade dos encargos financeiros desta operação de crédito, buscando revisar os títulos, reconhecer a quitação da operação com pagamentos já efetuados e devolução de eventuais valores pagos a maior.

Em julho de 2018, a Agência incorreu em uma perda com os honorários sucumbenciais de R\$ 13.699, com provisionamento anterior ao citado cumprimento de sentença. Posteriormente, foi apresentado outro cumprimento de sentença, sem que o anterior tivesse sido julgado, no valor de R\$ 22.388. A Desenhahia ajuizou embargos de declaração, ainda não julgados, alegando que não poderia ser apresentado novo cumprimento de sentença quando há um anterior pendente de julgamento. A Desenhahia não entende como devido o valor reconhecido no primeiro despacho saneador no montante de R\$ 4.803, tendo em vista as alegações de prescrição e iliquidez do título, nem concorda com sua forma de atualização. A matéria ainda não teve seu julgamento esgotado, já que ainda está pendente Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça ("STJ"). Neste recurso, se discute a inviabilidade do cumprimento de sentença ante a iliquidez do título judicial, já que há uma determinação expressa do juízo de primeiro grau para realização de perícia contábil para apuração do *quantum*. Discute-se também o cálculo da mora, o que influenciará

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 30 de junho de 2022****(Valores expressos em milhares de Reais)**

na perícia a ser realizada. Baseado na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Administração não constituiu provisão para perdas em relação ao citado Processo Judicial, já que este foi classificado com prognóstico de perda possível.

Processo nº 37.252.720-5

Em dezembro de 2020, o processo fiscal 37.252.720-5 foi reconhecido como obrigação legal, no valor de R\$ 2.924, conforme termo de perempção nº 0.481/2020 lavrado pela Receita Federal do Brasil, determinando constituição do crédito para cobrança relativo a incidência previdenciária sobre participações no lucro. A Desenhahia tomou as medidas cabíveis na esfera judicial (processo 1000406-95.2021.4.01.3300) para suspender a exigibilidade deste crédito e continuar discutindo o mesmo.

Em alguns destes processos, a Desenhahia efetuou desembolsos como garantia, os quais estão depositados em juízo, atualizados de acordo com a Lei. Demonstramos a seguir o comportamento desses valores no semestre findo em 30 de junho de 2022, que se encontram registrados na rubrica “Outros créditos” (nota explicativa nº 7):

Natureza	Dez-21	(+) Depósitos efetuados	(+) Atualização monetária	(-) Depósitos levantados	Jun-22
Trabalhistas	1.934	1.859	76	11	3.880
Cíveis	2.092	507	19	(44)	2.574
Fiscais	8.132	-	275	-	8.407
Total	12.158	2.366	370	(33)	14.861

23. Benefícios a empregados**(1) Benefícios de curto prazo a empregados**

São compostos notadamente pelas despesas de pessoal. Detalhes sobre estas despesas de benefícios a empregados, encontram-se na nota explicativa nº 17.

(2) Planos de contribuição definida

A Desenhahia é participante de um plano de previdência complementar na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), constituído com a finalidade de garantir reservas financeiras complementares à da previdência social oficial para seus colaboradores, como patrocinador de um plano aberto gerenciado pelo Bradesco Vida e Previdência, não incorrendo, desta forma, em nenhum risco para a Agência.

Esse Plano é constituído pela acumulação de recursos financeiros obtidos através de contribuições efetuadas pela Desenhahia e pelos participantes inscritos de acordo com parâmetros de elegibilidade estabelecida no regulamento básico do plano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

As contribuições da Desenbahia são limitadas a 12% do total da folha de pagamento de pessoal em cada ano e estão sendo integralizadas desde o mês de janeiro de 2000, obedecendo aos seguintes limites:

- **De janeiro de 2000 até dezembro de 2004:** até 12% da remuneração do participante;
- **A partir de janeiro de 2005:** até 10% da remuneração do participante.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, as contribuições da Desenbahia para esse plano totalizaram o montante de R\$ 1.057 (R\$ 932 em 2021).

24. Seguros

Em 30 de junho de 2022, a Agência possui apólice de seguro contra incêndio, raio, explosão e danos materiais em geral, para os bens do ativo imobilizado, num montante de R\$ 38.561 (R\$ 38.561 em 31 de dezembro de 2021), considerado suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

Com relação às operações de crédito, é política da Desenbahia solicitar aos mutuários que contratem cobertura de seguros para os bens que são oferecidos em garantia dessas operações.

25. Gerenciamento de riscos e Análise de Sensibilidade

A Desenbahia adota um modelo de gestão integrada dos riscos a que está exposta, tendo como referência a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central. Além do conjunto de normas publicadas por este Conselho, dão suporte à Gestão de Riscos as políticas internas que definem sua estrutura e os procedimentos adotados.

O Gerenciamento de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos a que a instituição está exposta. Considera-se como mais relevantes na gestão os riscos de crédito, concentração, de liquidez, operacional e de mercado, além da gestão de capital.

Desde 2017, quando da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.557, a Desenbahia alterou de forma significativa sua estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, estando desde então de forma integrada inclusive com a gestão de Compliance (base normativa Resolução CMN nº 4.595), sendo refletido nas políticas, diretrizes e rotinas, assim como estrutura de governança corporativa.

25.1. Risco de crédito

A gestão do risco de crédito da Desenbahia visa avaliar, acompanhar e monitorar o risco global da carteira de empréstimos e a classificação de risco das operações de crédito, através da aplicação de metodologias compatíveis com as melhores

práticas de mercado, utilizando modelos confiáveis de mensuração dos níveis de exposição ao risco de crédito, bem como estabelecendo uma política de limites e alçadas em conformidade com as boas práticas da governança corporativa.

Os modelos adotados pela Agência acompanham as disposições contidas nas Resoluções CMN nº 4.557/17 e nº 2.682/99 e asseguram que o risco global da carteira de empréstimos seja monitorado, controlado, e acompanhado através dos cálculos da taxa de inadimplência, dos índices de provisão e de concentração por porte, grupo econômico, setor de atividade, rating e localização geográfica. Os resultados obtidos na análise de risco da carteira subsidiam a tomada de decisão no sentido de transferir ou direcionar recursos para os projetos que apresentem a melhor relação entre aderência e rentabilidade, com o objetivo de aperfeiçoar a carteira. No primeiro semestre de 2022, o índice de inadimplência da carteira foi de 1,19%, patamar inferior ao observado no primeiro semestre de 2021, que foi de 2,08%, ou seja, uma redução percentual de cerca de 43%.

As parcelas referentes às exposições ao risco de crédito, pelo fator de ponderação de risco a elas atribuído estão refletidas no valor das suas exposições pelo fator de risco - RWA_{CPAD} .

25.2. Risco operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A metodologia adotada reflete o contínuo aprimoramento da gestão de riscos e controles internos da Agência e procura assegurar que:

- Os riscos inerentes às atividades sejam identificados, avaliados e controlados, bem como mantidos nos níveis e limites aceitáveis, definidos pela alta Administração;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias;
- As recomendações sejam devidamente implementadas com o objetivo de minimizar o risco operacional de os procedimentos estarem em não-conformidade com as leis e os regulamentos (internos e externos), especialmente nos casos em que haja exposição a multas e/ou sanções de órgãos reguladores;
- Os objetivos estratégicos da Agência sejam atendidos, bem como os critérios regulamentares vigentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

A Desenhahia, em função de sua estrutura, tamanho e grau de exposição aos riscos, adota a abordagem do indicador básico para cálculo de alocação de capital referente a risco operacional - RWAOPAD.

25.2.1. Análise de sensibilidade

Em atendimento ao art.35º da Resolução BCB nº 2/2020, a Desenhahia realizou análise de sensibilidade através da aplicação de três cenários em linha com suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em seus principais ativos e passivos, sujeitos às oscilações importantes e respectivos impactos no resultado líquido da instituição:

- **Otimista:** consideramos uma elevação de 5% na concessão de financiamento, melhoria na qualidade do crédito em 5% (PCLD menor), aumento de 1,0% nos rendimentos de TVM em relação ao cenário base, 5% de redução na despesa com contingências e 5% de aumento com recebimento com taxas de administração de fundos.
- **Pessimista:** consideramos uma redução de 5% na concessão de financiamento, deterioração na qualidade do crédito em 5% (PCLD maior), redução de 1,0% nos rendimentos de TVM em relação ao cenário base, 5% de aumento nas despesas com contingências e 5% de redução com recebimento com taxas de administração de fundos.
- **Pessimista+:** consideramos uma redução de 10% na concessão de financiamento, deterioração na qualidade do crédito em 10% (PCLD maior), redução de 1,5% nos rendimentos de TVM em relação ao cenário base, 10% de aumento nas despesas com contingências e 10% de redução com recebimento com taxas de administração de fundos.

O impacto da oscilação de cada rubrica no lucro líquido previsto para o exercício, em cada cenário previsto, está evidenciado na tabela abaixo:

	Efeito no lucro líquido		
	Otimista	Pessimista	Pessimista +
Rendimento TVM	19.186	-2.953	-4.414
Concessão de Crédito	81	-81	-162
Despesa com PDD	444	-444	-888
Despesa com Contingência	85	-85	-169
Receb. de taxas com adm de fundos	1.239	-1.239	-2.477

Obs.: Lucro líquido previsto no cenário base: R\$ 47.305 mil.

25.3. Risco de mercado

O risco de mercado decorre da probabilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O gerenciamento do risco de mercado da Desenhahia tem por objetivo auxiliar a Agência na definição de estratégias de atuação para a

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

otimização de resultados e apresentação das posições mantidas pela Agência, bem como no estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

Houve mudança de metodologia para a mensuração do Risco de mercado em relação ao 1º semestre de 2021. A Desenhahia adotava o modelo paramétrico para o cálculo do valor em risco - VaR, e atualmente adota a apuração do Indicador de Risco de Mercado (IRRBB) como metodologia utilizada para quantificação da exposição a risco de mercado.

O cálculo do IRRBB decorre da avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária a partir da apuração do Δ NII, seguindo a orientação da Circular Bacen nº 3.876/2018.

A perda máxima esperada, sob condições normais de mercado, no primeiro semestre de 2022 ficou em R\$ 10,8 milhões, corresponde a 1,57% do patrimônio de referência (R\$ 693,7 milhões) da Agência abaixo do limite estabelecido pela Agência, de 5%.

Como a Agência não dispõe de operações classificadas na carteira de negociação, não está submetida ao cálculo das parcelas RWAJUR, RWACOM, RWACAM e RWAACS.

25.4. Risco de liquidez

A Desenhahia dispõe de política de gerenciamento de liquidez adotada com base na Resolução CMN nº 4.557/17. O risco de liquidez da Agência decorre da possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A estratégia adotada pela Agência para o gerenciamento do risco de liquidez é composta dos seguintes pontos:

- Controle das disponibilidades e monitoramento das previsões de entradas e saídas de recursos, de modo a antecipar potenciais necessidades de caixa;
- Manutenção da Reserva de Liquidez, constituída de Reserva Obrigatória e Reserva Contingencial.

25.5. Risco socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) implantada na Desenhahia, em consonância com a Resolução CMN nº 4.327/14, determina o desenvolvimento de um Sistema de Gerenciamento de Risco Socioambiental (SARAS). Em 2018, a Desenhahia iniciou a operacionalização da matriz

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 30 de junho de 2022****(Valores expressos em milhares de Reais)**

socioambiental que classifica o grau de risco socioambiental das operações de crédito, tendo verificado no primeiro semestre de 2022 que a grande maioria dos financiamentos é de baixo risco socioambiental.

O módulo para Gerenciamento do Risco Socioambiental (SARAS) atende à Resolução CMN nº 4.327/14 do BACEN e à Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), bem como a Resolução CMN nº 4.557/17.

25.6. Gerenciamento de capital

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Desenbahia definiu sua política de gerenciamento de capital com o objetivo de monitorar e controlar o capital da Agência para mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Instituição, além de atender aos critérios regulamentares vigentes.

Para avaliação e monitoramento do capital foram adotadas como medidas o Patrimônio de Referência (PR) que corresponde ao capital à disposição da Agência e as parcelas dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), representado pelo montante de capital necessário à cobertura das suas necessidades para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer frente aos riscos incorridos seja em situações normais ou em condições extremas de mercado.

Dentro do contexto, é avaliada a adequação da estrutura de capital às necessidades da Agência e aos limites exigidos pelo BACEN, cujas apurações têm como base as Resoluções CMN nº 4.955/21 e nº 4.958/21, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e adicional de capital principal compatível com os riscos, representado pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA), conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Parcela RWA OPAD	204.856	194.450
Parcela RWA CPAD	538.690	514.064
Ativos ponderados pelo risco - RWA (a)	743.546	708.514
Patrimônio de referência nível I - PR_I	693.699	652.174
Capital principal	693.699	652.174
Capital complementar	-	-
Patrimônio de referência nível II - PR_II	-	-
Patrimônio de referência - PR	693.699	652.174
Excesso de recursos aplicados no permanente	-	-
Patrimônio de referência para limite de compatibilização (b)	693.699	652.174
Capital destacado para operações setor público (c)	300.000	300.000
PR para comparação com o RWA (d = b-c)	393.699	352.174
Parcela RBAN (e)	10.869	2.155
Patrimônio de referência mínimo exigido para o RWA	70.353	58.836
Margem / Insuficiência (g = d-f)	323.347	293.338
Índice de Basiléia: PR/RWA	52,95%	49,71%

26. Outros Assuntos

Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Bahia

Em abril de 2017, foi expedida Resolução nº 028/2017 do TCE, que declarou a ilegalidade do Contrato de Concessão nº 002/2010, firmado para a construção e operação da Arena Fonte Nova, determinando, dentre outros pontos, que o Estado da Bahia e a Fonte Nova Participações apresentassem, de modo conjunto e no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação, estudo visando à reavaliação e readequação econômico-financeira do contrato de concessão, com nova definição da matriz de risco do contrato.

Foram interpostos recursos contra esta decisão no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, requerendo a revisão de suas determinações. Até a conclusão dos julgamentos destes recursos, não se pode considerar definitiva a decisão do órgão de controle e nem tampouco ser exigida a apresentação do estudo mencionado na resolução, devendo o prazo de 120 dias ser contado a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa.

Vale esclarecer que a Desenhahia atua como interveniente no referido contrato de PPP e sua participação ocorre apenas no mecanismo de pagamento da contraprestação pública, previsto na Lei Estadual nº 11.447/2009, cuja finalidade é assegurar às concessionárias signatárias de contratos de PPP o integral, pontual e fiel adimplemento das obrigações contraídas pelo Poder Concedente, o Estado da Bahia. Saliente-se que o gerenciamento e a movimentação dos recursos são feitos exclusivamente pelo Banco do Brasil, na qualidade de Agente de Pagamento. A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia informa mensalmente à Desenhahia o valor da contraprestação devida nos termos de cada contrato de PPP. A Desenhahia então repassa as informações ao Banco do Brasil, que por sua vez providencia o pagamento de cada concessionário.

Sendo assim, considerando a limitação da posição contratual da Desenhahia, as determinações constantes da Resolução nº 028/2017 do TCE não tem o condão de causar qualquer impacto no patrimônio desta Agência, não recaindo sobre ela quaisquer responsabilidades ou eventuais sanções, tanto que não há qualquer recomendação da Corte de Contas para a Desenhahia.

27. Eventos subsequente

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento destas demonstrações financeiras.

28. Outras informações

Impactos da pandemia da COVID19

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, a Agência adotou diversas medidas recomendadas por especialistas e pelas autoridades de saúde, com o objetivo de minimizar seu impacto sobre seus colaboradores, clientes, fornecedores e, conseqüentemente, sua operação.

Devido ao impacto do isolamento social no fluxo de caixa dos mutuários, foram adotadas medidas de renegociação de créditos, além de disponibilização de novas linhas de crédito para concessão, com foco em capital de giro.

A partir do segundo semestre de 2021, com a redução do isolamento social e gradativa retomada da atividade econômica, não houve novas ações de renegociação e concessão focadas nos efeitos da pandemia.

Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração não identificou indícios de fatos que possam alterar significativamente as avaliações realizadas ou indicar que a Agência poderá comprometer a capacidade de manter a sua continuidade operacional tampouco às suas estimativas e julgamentos contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

João Batista Aslan Ribeiro

Conselheiros

Antônio Félix Macêdo Mascarenhas
Cícero de Carvalho Monteiro
Francisco Alfredo M. de Sousa Miranda
Frederico Matos de Oliveira
Patrícia Ferreira Nascimento
Paulo de Oliveira Costa
Sergio Dourado Gaspar

DIRETORIA

Presidente

Paulo de Oliveira Costa

Diretor de Desenvolvimento e Negócios
Agenor Martinelli Braga

Diretor de Operações
Marko Svec Silva

Marcelo Borges Weckerle
Gerente Financeiro

Antônio Vinícius de Santana Tôrres
Contador - CRC-Ba 24.277/O-0

1. INTRODUÇÃO/APRESENTAÇÃO DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria Estatutária - CAE acompanha tanto a execução dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna na Desenbahia, como também tem o papel de supervisionar as demonstrações financeiro-contábeis da companhia e dialogar com os auditores externos sobre os seus trabalhos desenvolvidos no âmbito da Desenbahia.

Compete ao CAE, entre outras atribuições, recomendar à administração a contratação e substituição da empresa de auditoria externa, caso considere necessário; revisar, previamente a publicação das demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; avaliar o cumprimento, pela administração da Desenbahia, das recomendações feitas pelos auditores independente e interno; avaliar e monitorar a exposição de riscos da empresa; monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e divulgadas da Desenbahia.

Conforme o Art. 15 da Resolução BACEN/CMN Nº 4.910/2021, a apreciação pelo Comitê de auditoria em relação as demonstrações contábeis devem considerar:

Art. 15. O comitê de auditoria deve elaborar, para as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período;

II - descrição das recomendações apresentadas à diretoria, com evidenciação das não acatadas e respectivas justificativas;

III - descrição de outros serviços prestados pelo auditor independente, ou por firma em rede, para a instituição durante o ano-base das demonstrações financeiras objeto de auditoria e os dois anos anteriores;

IV - descrição das situações nas quais existam divergências significativas entre a administração da companhia, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras da companhia;

V - avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno da instituição, com ênfase no cumprimento do disposto na regulamentação vigente e com evidenciação das deficiências detectadas;

VI - avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas; e

VII - avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com descrição das deficiências detectadas (Grifo Nosso).

§ 1º O comitê de auditoria deve manter à disposição do Banco Central do Brasil e do conselho de administração o relatório do comitê de auditoria, pelo prazo mínimo de cinco anos, contados de sua elaboração.

§ 2º As instituições devem divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, semestrais e anuais, resumo do relatório do comitê de auditoria, evidenciando as principais informações contidas nesse documento (Grifo Nosso).

O CAE tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração (CAD) da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. no monitoramento e acompanhamento do processo da auditoria interna. Esta, por sua vez, está subordinada ao CAE e ao CAD, pelo que lhes atribui a dimensão necessária para atuar na verificação dos controles internos e contribuir na mitigação de erros e problemas que podem afetar a tomada de decisão e fragilizar os controles internos.

Ademais, dado a sua natureza de assessoramento, bem como, as atribuições de acompanhamento das atividades, tem como papel garantir o pleno cumprimento dos dispositivos legais e normativos internos e externos, pelo que se espera que contribua na robustez do controle interno da entidade. Assim, destaca-se que as atribuições previstas para o CAE estão definidas no Art. 49 do Estatuto Social da Desenbahia.

Nesse diapasão, atuando nesse papel o CAE apreciou o Relatório das atividades de auditoria interna, bem como o parecer da auditoria independente e as demonstrações contábeis, as quais deverão estar contempladas no relatório de administração da companhia, conforme preconiza o Estatuto Social da Desenbahia (<https://www.desenbahia.ba.gov.br/wp-content/uploads/2022/02/estatuto-social-31-01-2022-sem-dados-pessoais.pdf>), bem como, o manual da organização (<https://www.desenbahia.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/08/mor-site-09-08-2021.pdf>).

Ao longo do primeiro semestre de 2022 foram realizadas 4 reuniões do CAE, com a participação de membros independentes, conforme norma do Banco Central, além de diálogos in loco e por telefone e e-mails com as áreas de contabilidade, *compliance* e auditoria interna da companhia.

O CAE é composto por membros, eleitos pelo Conselho de Administração (CAD). E suas atribuições encontram-se formalizadas no Estatuto Social da Desenbahia, conforme já exposto, em consonância com as disposições previstas na Lei nº 13.303/2016 e a Resolução CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021. O comitê é composto pelos membros a seguir, que atuaram durante o período supracitado, conforme planejamento previsto para o exercício de 2022, cujos nomes estão no Quadro 1.

Quadro 1: Composição do CAE - Desenbahia

Membros	Participação das reuniões no período
Vitor César R. Lopes	4/4
André Luis Rocha de Souza	4/4

No período, o CAE discutiu com a auditoria interna sobre o escopo das suas atividades e o plano de auditoria interna de 2022. Destaca-se que também foi realizado no período a reunião com a auditoria independente, cuja finalidade foi tratar sobre os seus trabalhos no âmbito da Desenbahia, solicitação de cronograma e plano de trabalho, contendo o escopo e dimensão dos trabalhos, os quais foram apresentados.

No período, contudo, não foi disponibilizado informações fornecidas pela Ouvidoria da Agência, mediante Relatório do ouvidor responsável, referente ao primeiro semestre de 2022.

Em face do exposto, esse relatório tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pelo CAE no primeiro semestre de 2022.

2. RESULTADOS

2.1. DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO COMITÊ DE AUDITORIA

Ao longo do primeiro semestre de 2022 foram realizadas as seguintes atividades e ações:

- (i) Apreciação do relatório do semestre 2021.2;
- (ii) Análise e reflexão sobre a Adequação do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT para o exercício–2023;
- (iii) Apreciação das Demonstrações Financeiras da Desenbahia referente ao primeiro semestre de 2022.1;
- (iv) Reunião com a presidência, Diretoria de Desenvolvimento e Negócios e Diretoria de operações;
- (v) Reunião com a contabilidade, auditoria externa e auditoria interna;
- (vi) Apreciação e aprovação do Relatório anual de acompanhamento de atividades –2021 da Auditoria Interna – Desenbahia
- (vii) Discussão sobre o Planejamento das atividades e cronograma da AUDEXT, bem como, com a contabilidade sobre as demonstrações financeiras e os relatórios das atividades de auditoria interna.

Em síntese, no quadro 2, a seguir, apresenta-se as datas das reuniões, participantes e tipo da reunião. Ao todo, foram 4 reuniões ordinárias realizadas ao longo do primeiro semestre de 2022.

Quadro 2: Reuniões CAE

Datas das reuniões ordinárias CAE	Membros	Convidados	Pauta	Modalidade (presencial ou remoto)
11/02/2022	Vitor Lopes e André Souza	-	Apreciação do relatório do semestre 2021.2 e Anual do CAE 2. Adequação do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT para o exercício–2023;3. Relatório de Auditoria Independente e Interna; 4. Apreciação das Demonstrações Financeiras da Desenbahia 2021 5. O que ocorrer	Remota
08/04/2022	André Souza, Vitor Lopes	Paulo Oliveira Costa - Presidência; Agenor Martinelli Braga – Diretor de Desenvolvimento e Negócios; Marcos Svec Silva – Diretor de Operações	1. Atividades do CAE; 2. Contextualização das últimas atividades desenvolvidas pelo CAE (Apreciação das DFs; Relatório de Auditoria Externa; Relatório da Ouvidoria; PAINT, etc); 3. Auditoria Externa e a necessidade de adequação do prazo entre reuniões do Conselho Fiscal e CAD e apresentação das DFs para que as DFs sejam apreciadas pelo CAE de forma mais tempestiva; 4. Atividades da auditoria interna e ações do CAE.	Presencial
25/04/2022	André Souza e Vitor Lopes	-	1. Aprovação do Relatório anual de acompanhamento de atividades –2021 da Auditoria Interna - Desenbahia 2. O que ocorrer	Remoto
21/06/2022	André Souza e Vitor Lopes	Bruno Bonfim - AUDIN Antonio Vinícius Santana Torres - UC Rosangela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues – Sécia Diretoria	Planejamento das atividades da AUDEXT: Prazos da apresentação do parecer para apreciação do CAE e adequação dos prazos entre reuniões do Conselho Fiscal e CAD e apresentação das DFs para que estas sejam apreciadas pelo CAE de forma tempestiva - no planejamento da AUDEXT consta 22/07/2022 - Entrega minuta DFs para DCO e CAE; 19/08/2022 Entrega do Relatório	Remoto

Datas das reuniões ordinárias CAE	Membros	Convidados	Pauta	Modalidade (presencial ou remoto)
		Auditoria – Russell Bedford Denilson Rodrigues - Russell Bedford	Final DESENBAHIA; de 22 à 25/8/22 Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário; • Andamento dos trabalhos, parecer da AUDEXT do exercício 2021 e próximos passos 2022; • Carteira de clientes e documentações foram solicitados as áreas internas e o prazo final finda hoje, dia 21/06/2022; • Alinhamento das atividades CAE, AUDIN e DCO/UDN. • O que ocorrer.	

Em relação a **reunião do dia 11/02/2022 (Ata 01/2022)**, foi discutido sobre os prazos para a elaboração do relatório do CAE, sendo encaminhado que o relatório do CAE será elaborado dentro do prazo de 30 dias após a apresentação do relatório anual da administração, apresentação das demonstrações contábeis e relatório da auditoria independente e interna. Além disso, foi apreciados os encaminhamentos relacionados com as Demonstrações Financeiras da Desenbahia de 2021, visto a sua apreciação por este CAE.

No tocante a **reunião do dia 08/04/2022 (Ata 02/2022)**, a qual contou com a presença da Presidência, diretoria de desenvolvimento e negócios, bem como, a diretoria de operações da Desenbahia, o CAE abordou as atividades desenvolvidas pelo comitê, a necessidade de adequação do Plano de Auditoria Interna, bem como sobre a necessidade de melhorias no processo de comunicação interna, em particular, na padronização dos processos e procedimentos a fim de melhorar a qualidade do fluxo de informação interna, reduzindo e mitigando as possibilidades de riscos.

No que se refere **reunião realizada no dia 25/04/2022 (Ata 03/2022)**, o CAE abordou a aprovação do Relatório anual de acompanhamento de atividades –2021 da Auditoria Interna – Desenbahia.

Por fim, quanto a **reunião realizada no dia 21/06/2022 (Ata 04/2022)**, objetivou compreender os trabalhos desenvolvidos pela auditoria externa, o plano de trabalho e escopo, bem como, o cronograma e o andamento das atividades planejadas.

2.2. REUNIÃO COM A AUDITORIA INDEPENDENTE

No período foi realizada uma reunião com a auditoria externa, realizada no dia 21/06/2022, a qual abordou: (i) Planejamento das atividades da AUDEXT: Prazos da apresentação do parecer para apreciação do CAE e adequação dos prazos entre reuniões do Conselho Fiscal e CAD, como também a apresentação das DFs para que estas sejam apreciadas pelo CAE de forma tempestiva; (ii) Andamento dos trabalhos, parecer da AUDEXT do exercício 2021 e próximos passos 2022; (iii) Alinhamento das atividades CAE, AUDIN e DCO/UDN.

O planejamento da Auditoria externa, enviado em 23/06/2022 e avaliado por este CAE, contemplou: a) as características dos trabalhos e as legislações aplicadas na execução das ações; b) as diretrizes para análise e legislação aplicável em relação a gestão de risco e controle interno.

Quanto ao escopo dos trabalhos, resta claro o objetivo para o qual a auditoria externa foi contratada que é o de analisar as demonstrações financeiras e os fundos da Desenbahia, o que inclui a “[...] a análise dos procedimentos e controles societários e fiscais adotados pela Desenbahia e pelos fundos estaduais por ela administrados

(FUNDESE, FGBP, FUNDURBANO e FGAP), com a finalidade de atender à obrigatoriedade prevista pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.198/04 (Revogada a partir 01/1/2022 pela Resolução CMN 4910/21), que determina o exame, por auditor independente, das demonstrações financeiras, e respectivas notas explicativas, bem como a avaliação e adequação dos controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, e atender aos regulamentos dos fundos administrados pela Desenbahia...” (RUSSEL BEDFORD, 2022, p. 8.).

Quanto ao escopo dos trabalhos da auditoria externa, foram contemplados no planejamento:

- a) Exame das demonstrações financeiras;
- b) Avaliação da qualidade e adequação dos controles internos, inclusive dos controles e sistemas de processamento eletrônico de dados e de avaliação de riscos;
- c) Avaliação das condições de cumprimento das normas operacionais estabelecidas em leis e dispositivos emanados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pelos demais órgãos regulados;
- d) Avaliação quanto ao descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, que tenham, ou possam vir a ter reflexos relevantes nas demonstrações contábeis ou nas operações da entidade auditada;
- e) Exame especial dos registros das operações de repasse, com emissão de opinião sobre o cumprimento das normas e regulamentos do programa de que se tenha originado o recurso da operação contratada;
- f) Revisão de procedimentos fiscais, abrangendo os impostos diretos e indiretos, com emissão de opinião sobre as adequações à legislação vigente, bem como a revisão da Escrituração Contábil Fiscal – ECF;
- g) Aderência à Resolução CMN nº 3.198/04 (Revogada a partir 01/1/2022 pela Resolução CMN 4.910/21), que dispõe sobre a regulamentação relativa à prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em relação ao parecer da auditoria independente, os trabalhos e exame realizados pela auditoria independente compreenderam as Demonstrações financeiras da Desenbahia, relativas ao período entre 01 de janeiro de 2022 a 30 de junho de 2022. Para a elaboração do seu parecer, a auditoria considerou as normas nacionais e internacionais de contabilidade e de auditoria independente, além dos princípios éticos e normativos que regulamentam a atuação das auditorias independentes.

Nesse sentido, as suas conclusões pautaram-se em evidências que segundo a empresa foram robustas o suficiente para fundamentar as suas conclusões. O trabalho da auditoria teve como ênfase as seguintes dimensões:

- a) Contingências relativas a notificações judiciais: No tocante a essa matéria, a auditoria sinalizou que “Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto” (Russel Bedford, 2022, p. 3).
- b) Auditoria de valores correspondentes: A Russel Bedford destacou em sua opinião que não há modificações sobre as demonstrações financeiras a ser realizada;

- c) Outras informações e relatório da auditoria: A auditoria independente destacou que cabe a administração emitir outras informações em seu relatório e que esse reporte não está no escopo da sua opinião. Ademais, destacou não haver relatos a serem feitos sobre o relatório da administração.
- d) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A auditoria independente destacou o papel e responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras, destacando, por fim, que “[...] os responsáveis pela governança da Desenbahia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis (Russel Bedford, 2022, p. 5)”.
- e) Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: A auditoria independente destacou que dentre as suas responsabilidades, estão àquelas de avaliar riscos e distorções; compreender o controle interno; adequação das políticas contábeis; fundamentação de suas conclusões; apreciação das demonstrações financeiras e sua fidedignidade.

Assim, após os trabalhos desenvolvidos, em seu parecer, a empresa Russel Bedford concluiu que:

[...] as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Por fim, destacamos que o CAE, dentro dos limites de sua competência, corrobora o parecer da auditoria independente.

2.3. A AUDITORIA INTERNA E RELATÓRIOS APRECIADOS

O CAE vem mantendo contato, constantemente, com a auditoria interna da Desenbahia, a fim de acompanhar as atividades desta em relação aos testes de controle interno, com a finalidade de manter a integridade e qualidade dos controles e processos organizacionais, conforme legislação e dispositivos legais vigentes.

Assim, foram realizada uma reunião no mês de junho/2022, além de contatos por telefone e e-mails durante todo o semestre com a auditoria interna, cuja finalidade foi recebimento dos relatórios de auditorias finalizados ao longo de cada mês do primeiro semestre, para a supervisão pelo CAE, além de alinhamento e obtenção de informações.

Quanto ao relatório consolidado do primeiro semestre, o mesmo foi entregue pela AUDIN no dia 27/07/2022 e apreciado pelo CAE na reunião de 03/08/2022.

A partir dos trabalhos desenvolvidos pela auditoria interna no primeiro semestre, o CAE recomendou à DCO que as informações de ações enviadas pelas áreas auditadas sejam acompanhadas de evidências da ação que fora reportada, seja para o atendimento ou não, bem como, que seja apresentado fundamento técnico e/ou jurídico para os casos em que houve manutenção da posição, mesmo quando a AUDIN sinalizou necessidade de correção. Todo trabalho da auditoria interna deve pautar-se na evidência para que as conclusões sejam materiais, conforme aponta a própria afirmação da gerência de que é testada a materialidade das ações.

Por fim, destaca-se que as atividades da auditoria interna da Desenbahia foram executadas observando para tanto as legislações emanadas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil e as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs e pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil, bem como conforme a Resolução CMN Nº 4.879/2020, trazendo assim elementos robustos que podem ser utilizados pela alta gestão para implementar melhorias de controles e sistemas que mitiguem riscos que possam afetar às atividades da companhia.

2.4. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS, CONFORMIDADE E OUVIDORIA

O CAE vem mantendo contato com a Gerência de Compliance e Risco, sempre que necessário a fim de que os processos de riscos, controle interno e conformidade possam ser acompanhados e as ações necessárias de ajustes possam ser adotadas.

Destaca-se que em Abril/2022 a gerência reportou para o CAE, em atendimento ao item 2.4 do capítulo I do Manual de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, o Relatório Visão Geral do Gerenciamento de Risco (Relatório Pilar 3), que foi disponibilizado no portal de dados abertos (<https://dados.desenbahia.ba.gov.br/dataset/pilar-3-relatorio-ova>); o Relatório de Controles Internos e Compliance, contendo o gerenciamento integrado de risco, o ambiente de controle e planejamento estratégico associado; a análise de risco operacional e controles internos; atividade de controle e compliance; e as ações de accountability, ouvidoria e canais de denúncias; acompanhamento das atividades e as considerações sobre a gestão e avaliação de tendências.

Por fim, o relatório também foi acompanhado por planos de ação dos normativos externos (vencidos e a vencer); Planos de ação de auditoria (vencidos e a vencer); e Planos de ação dos mapeamentos de riscos (vencidos e a vencer).

3. DA SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

A Unidade de Controle Contábil (UCN) enviou, mensalmente, entre janeiro e junho/2022, os relatórios gerenciais. Em 25/07/2022 foi apresentado pela UCN a minuta das Demonstrações Financeiras, acompanhadas pela Notas Explicativas, as quais foram apreciadas pelo CAE.

As notas explicativas (NEs) da Desenbahia complementaram a análise das demonstrações feita pelo CAE para o período findo em 30/06/2022. Conforme foi possível observar, a companhia reafirma que as demonstrações financeiras foram elaboradas seguindo as orientações e diretrizes gerais do CMN, BACEN, Lei 6.404/1964 e alterações trazidas pela Lei 11.638/2007 e demais legislações brasileiras aplicadas à instituição.

Observa-se ainda que as NEs trazem as principais políticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras. Quanto a adoção da RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021, relativa a plano de ação contendo a implementação da regulamentação contábil, destaca-se que o plano foi elaborado e aprovado pelo Conselho de Administração da Desenbahia, conforme o prazo estabelecido pelo BACEN. Ademais, o documento encontra-se disponível e conforme normativo será disponibilizado sempre que for requerido pelo BACEN ou outro órgão.

Quanto às provisões associadas a riscos processuais, eles foram devidamente apresentados nas NEs, as quais vêm sendo monitorado pelo setor jurídico da Desenbahia, bem como, os riscos devidamente gerenciados. Não obstante, a Desenbahia evidenciou os riscos que são gerenciados pela companhia, bem como os critérios e os procedimentos necessários.

Destaca-se ainda que foram evidenciadas as ações relativas aos efeitos da Pandemia provocada pela COVID-19, tais como medidas de renegociação de créditos, bem como, políticas de concessão de novas linhas de créditos.

Por fim, destaca-se que as demonstrações financeiras foram devidamente apreciadas pela auditoria independente, a qual concluiu que estas representam a posição patrimonial e financeira da Desenbahia em 30/06/2022.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com base nas atividades desenvolvidas, e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) apresenta as conclusões de suas avaliações:

- A Desenbahia reportou as suas demonstrações financeiras e notas explicativas, seguindo as orientações, normas brasileiras de contabilidade e diretrizes gerais do CMN, em particular, a Resolução 4.818/2020, a qual traz todos os elementos que a unidade de contabilidade deve atender para a publicação das DFs, como também observou-se que as DFs seguem as normas e práticas de contabilidade vigentes e adotadas no Brasil, sob as quais a Desenbahia estão submetidas. Assim, o CAE submeteu o presente relatório ao Conselho de Administração para proceder com a apreciação e aprovação.
- Em atendimento às competências previstas no art. 24, § 1º, da Lei 13.303/2016, as solicitações, orientações e sugestões apresentadas às áreas e aos órgãos de governança da empresa constam nas respectivas atas de reuniões e relatórios específicos;
- Destaca-se que as atividades da auditoria interna da Desenbahia foram executadas observando para tanto as legislações emanadas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil e as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs e pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil, bem como conforme a Resolução CMN Nº 4.879/2020, trazendo assim elementos robustos que podem ser utilizados pela alta gestão para implementar melhorias de controles e sistemas que mitiguem riscos que possam afetar às atividades da companhia.
- A auditoria independente concluiu que as demonstrações financeiras apresentadas para o período entre 01/01/2022 à 30/06/2022 representaram a posição patrimonial da Desenbahia para o período, cuja opinião foi sem modificações sobre as demonstrações.

Por fim, recomenda-se que as demonstrações financeiras sejam acompanhadas pelo relatório da auditoria independente e o presente relatório para apreciação do Conselho de Administração da Desenbahia.

Salvador (BA), 23 de agosto de 2022.

Vitor César R. Lopes
Membro Titular/ Coordenador do CAE

André Luis Rocha de Souza
Membro Titular



Desenbahia Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da DESENBAHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, em reunião para, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apreciarem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, verificaram a exatidão de todos os documentos apresentados, à luz do Relatório da Russell Bedford GM – Auditores Independentes S/S, recomendando a sua aprovação.

Salvador, 23 de agosto de 2022.

LUIS AUGUSTO PEIXOTO ROCHA
Presidente

RANIERI MURICY BARRETO

LUIZA AMÉLIA GUEDES M. MELO

PEDRO R. M. SCAVUZZI DE CARVALHO

JOSÉ ATÍLIO CARDOSO FILARDI